

Entrevista
Marco Antônio Mello

13a16

Da reforma urbana do prefeito Pereira Passos, no início do século XX, até os atuais projetos de revitalização de bairros decadentes, o Rio de Janeiro foi sendo produzido com o deslocamento dos pobres de áreas tidas como nobres. Foi como alternativa à captura da cidade pelo projeto de “modernização capitalista” que surgiram e cresceram as favelas da cidade, na análise do antropólogo Marco Antonio Mello, coordenador do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ).

Cidades:

commodities para consumo?

Especial UFRJ 90 anos

3 a 5

Integração Um desafio quase centenário

1920
UFRJ
90 ANOS
2010
2020

Desde a criação em 1920 ao atual Plano Diretor, a UFRJ convive com as dificuldades de integração institucional, mas protagoniza, também, avanços nas áreas do Ensino e da Pesquisa que contribuem para a formação profissional de seu corpo discente e a produção de conhecimento para a sociedade. Com aproximações e distanciamentos de seu passado, a instituição quer reafirmar sua vocação de ser uma universidade integrada com seu tempo, pública, gratuita, de qualidade e democrática.



10a12

Óleo da discórdia

Regras de tributação para ICMS do petróleo fazem com que Rio de Janeiro fique dependente dos royalties. A compensação financeira ficou ameaçada após aprovação pela Câmara dos Deputados de emenda propondo nova forma de divisão dos recursos.

20e21

Unidos pela pesquisa

A parceria entre a UFRJ e a Petrobrás conforma um modelo de relação bem-sucedida entre empresa e universidade, gerando benefícios e desenvolvimento para o país. Uma interação marcada pela presença (e ampliação) do Centro de Pesquisas Leopoldo Miguez (Cenpes) na Cidade Universitária.

26e27

Tempos de luta, sempre!

1º de maio de 2010. Mais de 120 anos após a Revolta de Haymarket, que inspirou a criação do Dia do Trabalhador, os direitos trabalhistas são garantidos por lei em quase todo o mundo. No entanto, a institucionalização das atividades laborais não impede que o imenso contingente de excluídos seja transformado em mão de obra barata e, muitas vezes, escrava, sem distinção de gênero e faixa etária, para manter o ritmo da produção e a voracidade dos lucros.

Rachel de Queiroz

Uma sublime transgressora

“Acho que, como eu, há pessoas de um só poema, de um só poeta. Poetas, para elas, são como namorados, pode-se ter muitos, sucessivos, mas nunca muitos simultâneos. Anos e anos fiquei fiel a Raimundo, até que descobri Manuel Bandeira e foi aquele alumbramento...”
Rachel de Queiroz em seu discurso de posse na Academia Brasileira e Letras (ABL).



28



Reitor

Aloísio Teixeira

Vice-reitora

Sylvia da Silveira Mello Vargas

Pró-reitora de Graduação (PR-1)

Belkis Valdman

Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)

Ângela Maria Cohen Uller

Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PR-3)

Carlos Antônio Levi da Conceição

Pró-reitoria de Pessoal (PR-4)

Luiz Afonso Henriques Mariz

Pró-reitoria de Extensão (PR-5)

Laura Tavares Ribeiro Soares

Superintendência Geral de Administração e Finanças

Milton Flores

Chefe de Gabinete

João Eduardo Fonseca

Fórum de Ciência e Cultura

Beatriz Resende

Prefeito da Cidade Universitária

Hélio de Mattos Alves

Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI)

Paula Maria Abrantes Cotta de Melo

Coordenadoria de Comunicação

Fortunato Mauro

Ouvidoria Geral

Cristina Ayoub Riche

Jornal da UFRJ

Jornal da UFRJ

JORNAL DA UFRJ É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

Av. Pedro Calmon, 550.
Prédio da Reitoria – Gabinete do Reitor
Cidade Universitária
CEP 21941-590
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2598-1621
Fax: (21) 2598-1605
jornaldufrj@reitoria.ufrj.br

Supervisão editorial

João Eduardo Fonseca

Jornalista responsável

Fortunato Mauro (Reg. 20732 MTE)

Edição

Fortunato Mauro e Coryntho Baldez

Pauta

Míriam Starosky, Luciana Crespo,

Rodrigo Baptista, Daniela Magioli,

Guilherme Brito e Fortunato Mauro

Redação

Andreza de Lima Ribeiro, Aline Durães,

Bruno Franco, Coryntho Baldez,

Márcio Castilho, Pedro Barreto, Rafaela

Pereira, Rodrigo Baptista,

Sidney Coutinho e Vanessa Sol

Revisão

Luciana Crespo e Mônica Machado

Arte

Anna Carolina Bayer

Ilustração

Anna Carolina Bayer, Caio Monteiro,

Diego Novaes, Jefferson Nepomuceno e

Joyce Matos

Charge

Zope

Fotos

Arquivo Cenpes, Arquivo JB, Marco

Fernandes, Museu da Escola Politécnica,

Museu da Imagem e Som

Expedição

Marta Andrade

Interessados em receber esta publicação devem entrar em contato pelo e-mail jornaldufrj@reitoria.ufrj.br

O *Jornal da UFRJ* publica opiniões sobre o conteúdo de suas edições. Por restrições de espaço, as cartas sofrerão uma seleção e poderão ser resumidas.

Fotolito e impressão
Gráfica Posigraf - Grupo Positivo
25 mil exemplares



O Centro de Letras e Artes (CLA) da UFRJ, em colaboração com o Fórum de Ciência e Cultura (FCC), realiza, de 24 a 27 de maio, um evento cultural em homenagem a Samira Nahid de Mesquita, professora emérita da Faculdade de Letras e primeira decana eleita da Universidade. Com uma programação diversificada, a Semana Cultural Samira Mesquita, apresentará variada programação com jazz, violão de concerto, coral, repente e cordel; Nelson Rodrigues e teatro popular; dança folclórica, contemporânea, africana, indígena e de salão; Manuel Bandeira e cordel.

A homenagem a Samira traduz sua própria visão de cultura que se consolidou como legado para a UFRJ quando da realização da I Feira Cultural do CLA, em 1986. Para ela, a I Feira foi “um espa-

ço simbólico em que música, dança, artes plásticas, poesia, teatro, arquitetura, cinema, artesanato e culinária expandem os limites do saber e constroem uma forte identidade brasileira. São o imaginário e os valores que traduzem a alma do povo”.

No Hall da Reitoria, enquanto grupos artísticos da UFRJ e artistas populares se apresentam e estudantes da Escola Nacional de Circo evoluem no trapézio, professores e estudantes da EBA realizam performances e uma grande criação coletiva de pintura mural e gravura. Além disso, acontecerá um Café Literário com livreria e recital de poesia, exposições e projetos de arquitetura, o que torna a Semana Cultural Samira Mesquita um momento especial de integração comunitária, de confraternização.

Programação da Semana Cultural Samira Mesquita

Segunda, 24 de maio

12h - RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO
Duo Pinho Brasil

Terça, 25 de maio

9h - HOMENAGEM
Plantio de árvore na Praça Samira Mesquita
10h - SALÃO AZUL
Abertura com o decano do CLA, Leo Soares
Exibição audiovisual sobre Samira Mesquita
Mesa com Evandro Mesquita, Marlene de Castro Correia, Cascia Frade, Antonio Carlos Secchin e Alexandre Cardoso
Mediadora: Eleonora Ziller

HALL DA REITORIA

Mestre de Cerimônias: Lauro Góes
11h - Escola Nacional de Circo
12h - Gabriel Mesquita
Duo Evandro Mesquita e Lui Roche

13h - Recital Manuel Bandeira, com Lauro Góes
Espetáculo Atitude, Cia de Dança Contemporânea da UFRJ
Direção: Patrícia Pereira
Galeria de personagens de Nelson Rodrigues
Direção: Marília Martins
14h - Violões da UFRJ
Direção: Bartholomeu Wiese
Performance Poética, de Alberto Pucheu
15h - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)
Africanidades: Canto e Dança

Quarta, 26 de maio

HALL DA REITORIA
Mestre de Cerimônias: Carlos Alberto
11h - Escola Nacional de Circo
12h - Duelo de repentistas com Miguel Bezerra e Zé Duda
Dança de rua do Olhar do Mangue
Thais Oliveira e Thais Cunha
Duelo de rappers
13h - Galeria de personagens de Nelson Rodrigues
Direção: Marília Martins
Coral Brasil Ensemble
Regente: Maria José Chevitarese
Recital de Cordel
Academia Brasileira de Literatura de Cordel
14h - A procura, de Carlos Alberto e Neusa Barros, com Carlos Alberto e José de Ribamar

Companhia Folclórica do Rio de Janeiro – UFRJ
Coordenação: Eleonora Gabriel

Quarta, 27 de maio

HALL DA REITORIA
Mestre de Cerimônia: Ana Lúcia Coelho
11h - Escola Nacional de Circo
Intervenção artística: Tão boa quanto a quem tem na lata
Nivaldo Carneiro
12h - Dança guajajara

Aula aberta Comunidade

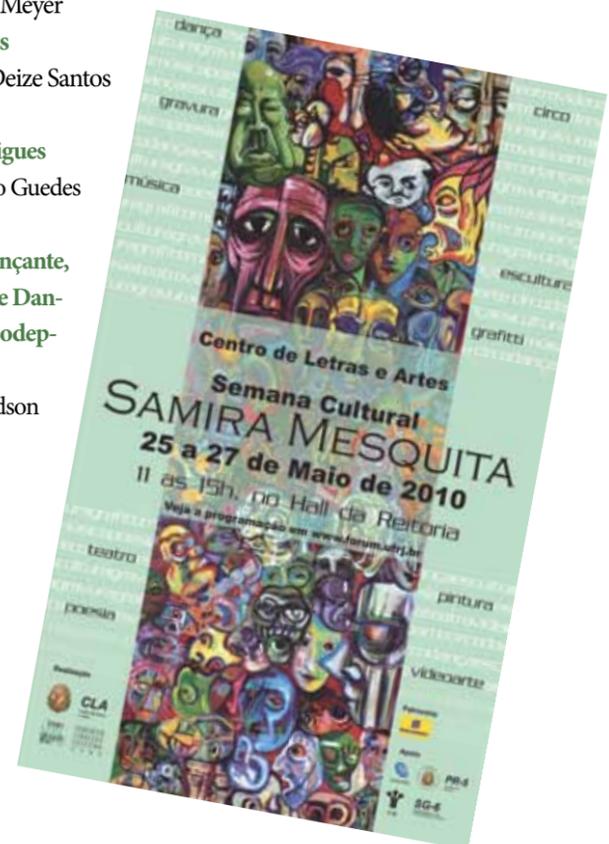
Extensão da EEFD/UFRJ
13h - UFRJ Jazz Combo
Direção: José Rua
14h - Galeria de personagens de Nelson Rodrigues
Direção: Marília Martins
Dança das proteínas
Direção: André Meyer
Teatro de Libras
Coordenação: Deize Santos
A serpente, de Nelson Rodrigues
Direção: Antonio Guedes
15h40 - Baile dançante, com a Oficina de Dança de Salão da Codep-PR-4
Coordenação: Edson Paixão

SALÃO AZUL

-BOSQUE
14 às 18h - Encontro Cultural para a II Fuasa
Coordenação: Enéas Valle - LabPP-Esc

TERÇA A QUINTA

HALL DA REITORIA
Escultura em performance
Coordenação: Simone Michelin
Pintura, gravura e graffiti, do individual ao coletivo
Coordenação: Lourdes Barreto e Pedro Sanchez
Exposições de Adir Botelho, Isis Braga e Rui de Oliveira
FAU - Arquitetura e Cidade: construções contemporâneas - Da Lapa ao Porto, da História ao Desenho
CAFAU
Geodésica em Bambu
TENDA AUDIOVISUAL
Exibição de vídeos de arte
CAFÉ LITERÁRIO
Editora UFRJ e Livreria Rio Books
EBAZAR
FEIRA AGROECOLÓGICA
Restaurante Universitário



Do decreto de criação em 1920 ao atual Plano Diretor, a UFRJ conviveu com as dificuldades de integração institucional, mas protagonizou, também, avanços nas áreas do Ensino e da Pesquisa que contribuíram para a formação profissional do seu corpo docente e a produção de conhecimento para a sociedade. Neste longo percurso, de aproximações e distanciamentos com o seu passado, a instituição quer reafirmar sua vocação de ser uma universidade integrada com seu tempo, pública, gratuita, de qualidade e democrática.

1920 UFRJ 90 ANOS 2010 2020

INTEGRAÇÃO

Um desafio quase centenário

Márcio Castilho

Rio de Janeiro, década de 1920. Na capital, o contexto do centenário da Independência inspira ideias de renovação social, política e cultural. As críticas ao regime da República Velha eclodem em outras importantes cidades brasileiras. As adesões ao Movimento Tenentista, as greves operárias, a fundação do Partido Comunista e a realização da Semana de Arte Moderna ajudam a criar condições favoráveis para a chamada Revolução de 1930. É também nessa conjuntura que surge, por meio do Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, primeira denominação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Apesar das limitações no momento de sua criação e das contradições internas que se

mantiveram ao longo das décadas seguintes, a primeira instituição universitária oficial brasileira teve o mérito, segundo pesquisadores em Educação, de expor ao debate o papel da universidade na sociedade brasileira.

Ao completar 90 anos em setembro de 2010, a UFRJ procura as lições do seu passado para se reinventar numa perspectiva de longo prazo. As diretrizes gerais do seu planejamento estão contidas num documento construído no presente, o Plano Diretor UFRJ 2020. A proposta, aprovada em outubro do ano passado pelo Conselho Universitário (Consuni), coloca em prática diretrizes traçadas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (2005) e pelo Programa de Reestruturação e Expansão (2007), construções co-

letivas que, nas palavras do reitor Aloisio Teixeira, fornecem “condição essencial para que a universidade possa elaborar e levar adiante um modelo inovador, capaz de recriar seu projeto acadêmico, atualizar suas formas e meios de planejamento, gestão e governo”. Segundo Aloisio, o desafio é fazer uma instituição “construtora de futuros”, superando a cultura de fragmentação, “preservando os níveis de excelência que caracterizam suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, explicitando seus compromissos com a sociedade, pensando criticamente a realidade do país e envolvendo-se no debate e na formulação de políticas públicas e de Estado”.

Para comemorar os 90 anos da universidade, o *Jornal da UFRJ* fará uma

série de matérias que resgatam parte da história da instituição e sua contribuição em diferentes momentos da vida social e política do Brasil republicano, desde o início do século XX até os dias atuais. Para compreender os fatores e as circunstâncias que levaram o Governo Federal a criar a então Universidade do Rio de Janeiro, é preciso recuar no tempo. O estabelecimento do Ensino Superior no Brasil tem como marco fundamental o desembarque, em 1808, da Família Real – e com ela, por assim dizer, todo o aparelho de Estado português.

As origens

Até a chegada da corte, a Universidade de Coimbra, em Portugal, exercia grande influência sobre a Educação Superior no



Brasil. Não havia faculdades na colônia. Como informa Maria de Lourdes Fávero, coordenadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes) da Faculdade de Educação (FE) da UFRJ, brasileiros graduados nos colégios jesuítas, que compunham a elite da época, completavam sua formação, sobretudo no campo do Direito, em Coimbra. Outros seguiam para Montpellier, na França, para estudar Medicina. Segundo a autora, em seu livro *Universidade do Brasil: das origens à construção* (Editora UFRJ/Inep, 2000), havia forte resistência às tentativas de criação de universidades por parte da coroa portuguesa do século XVI ao XVIII. A metrópole mantinha uma política de controle, temerosa que iniciativas desse tipo pudessem abrir caminho – observa Fávero –, para a independência cultural e política da colônia. Nesse período, dezenas de projetos

Museu da Escola Politécnica



Sala de aula da Escola Politécnica da UFRJ, no início do século XX.

dispondo sobre a criação de instituições de Ensino Superior foram rejeitadas. Tal cenário era completamente distinto, por exemplo, da realidade de países vizinhos colonizados pelos espanhóis, que trouxeram as universidades para a América já no século XVI.

Segundo Luiz Antônio Cunha, professor titular da FE-UFRJ, pesquisador do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas de Direitos Humanos (Nepp-DH), o modelo espanhol, no entanto, era mais um aparato ideológico e político do regime monárquico do que propriamente uma concepção de universidade voltada para o progresso do conhecimento humano. “Eram universidades católicas, aparatos de formação de intelectuais contra culturas indígenas muito complexas, que contribuíram para destruir a cultura pré-colombiana. Era esse o objetivo. Não lamento a inexistência no Brasil de universidade no período colonial. Se tivesse, teria sido a versão espanhola”, avalia Cunha, um dos importantes especialistas das áreas de História da Educação e de Ensino Superior.

As primeiras faculdades no Brasil surgem a partir da chegada da Família Real portuguesa. São criados, em 1808, o Cur-

so Médico de Cirurgia, na Bahia, e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, no Hospital Militar do Rio de Janeiro. Dois anos depois, a corte transforma a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, fundada em 1792, em Academia Real Militar, voltada para a formação de engenheiros civis e militares. A instituição representou a origem da atual Escola Politécnica da UFRJ. No contexto da Independência, o país também passa a contar, em 1827, com dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um em São Paulo e outro em Pernambuco. Os três cursos – Medicina, Engenharia e Direito – tinham um caráter estritamente profissionalizante, como salienta Antônio José Barbosa de Oliveira, professor do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Facc) da UFRJ. Em relação aos cursos de Medicina e Engenharia, com sede no Rio de Janeiro, ele afirma: “Temos a criação de dois cursos superiores que apresentavam um caráter absolutamente pragmático, possibilitando as condições de tratamento na área da Saúde para a Corte e a formação de profissionais para defesa de questões estratégicas do ponto de vista militar e de questões internas no sentido de transformar o Rio de Janeiro numa cidade minimamente habitável. Estamos falando de um lugar onde o esgoto corria a céu aberto, sem condições de moradia e com déficit de habitação inclusive para a Corte.”

Barbosa de Oliveira, que já atuou como pesquisador do Projeto Memória, do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ, destaca que a visão utilitarista de ensino, na opinião de muitos historiadores, dificultou a instalação do “espírito universitário” necessário para a criação de universidades no Brasil. A própria existência de faculdades isoladas umas das outras contribui para explicar, nessa perspectiva da História da Educação Superior, as origens da fragmentação na UFRJ.

Inspiração iluminista

Luiz Antônio Cunha tem uma leitura diferente acerca do modelo universitário implantando no Brasil com as primeiras escolas de Medicina e Engenharia. Segundo ele, essa concepção de faculdades isoladas, de caráter profissional, tinha inspiração em certos elementos do Iluminismo, contrapondo-se ao modelo conservador, de manutenção do *status quo*, da Universidade de Coimbra. “Havia uma crítica importante da intelectualidade progressista contra a universidade. Em 1808, a França revolucionária havia acabado com a universidade. Era considerada pelo Iluminismo como uma instituição comprometida com o antigo regime, irreformável. Portanto, o progresso da humanidade ou as ‘luzes’ exigiam o fim dessa instituição de ensino”, afirma Cunha.

Naquele período, os saberes e os avanços científicos aconteciam, de fato, fora das universidades. Surgem as academias literárias e filosóficas que não estavam enquadradas no aparato tradicional de Ensino Superior. Essa realidade – complementa Cunha – foi determinante para Dom João VI – que propiciou condições para o desenvolvimento da imprensa, do sistema bancário, de bibliotecas, de museus e até da fábrica de pólvora –, não ter criado no Brasil uma espécie de “Coimbra dos trópicos”. Optou por escolas isoladas e de caráter profissional, a exemplo das “grandes écoles”, descendentes das instituições de Ensino Superior criadas pela Revolução Francesa. A Escola Politécnica, por exemplo, segue esse modelo.

“Os intelectuais portugueses eram eficazes já naquela época em instilar concepções iluministas, portanto subversivas, sem se revelarem iluministas, republicanos ou revolucionários”, ressalta Cunha, citando dois personagens importantes da história do Império com perfil mais progressista: Luis Antônio Verney e Ribeiro Sanches.

Séc XVI

Forte resistência às tentativas de criação de universidades por parte da coroa portuguesa. A metrópole mantém uma política de controle na colônia, rejeitando dezenas de projetos prevendo a criação de instituições de ensino superior. Brasileiros graduados nos colégios jesuítas, que compunham a elite da época, completavam sua formação, sobretudo no campo do Direito, em Coimbra. Outros seguiam para Montpellier, na França, para estudar Medicina. Na América espanhola, países vizinhos já contavam nesse período com universidades de cunho fortemente religioso.

Séc XIX

O estabelecimento do ensino superior no Brasil tem como marco fundamental o desembarque, em 1808, da família real no Brasil. São criados o Curso Médico de Cirurgia, na Bahia, e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, no Hospital Militar do Rio de Janeiro.

1808

1810

A corte transforma a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho em Academia Real Militar, voltada para a formação de engenheiros civis e militares. A instituição representou a origem da atual Escola Politécnica da UFRJ.

1827

No contexto da Independência, o país passa a contar também com dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um em São Paulo e outro em Pernambuco.

Rei da Bélgica

A Universidade do Rio de Janeiro surge justamente da reunião dessas três faculdades então existentes na capital da República. No momento de sua criação, em 1920, circula a versão de que o presidente Epitácio Pessoa teria autorizado o funcionamento da instituição diante da necessidade de conceder o título de Doutor Honoris Causa ao Rei Alberto I, da Bélgica. A pesquisadora Maria de Lourdes Fávero pesquisou as Atas da Assembléia constituída pelas Congregações dos Institutos de Ensino Superior naquele ano, bem como as Atas do Conselho Universitário da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade do Brasil, não encontrando relação entre a criação da instituição e a necessidade de outorgar um título acadêmico ao Rei Alberto I.

A fundação da Universidade do Rio de Janeiro está diretamente associada, segundo os pesquisadores consultados pelo *Jornal da UFRJ*, à reforma educacional Carlos Maximiliano, discutida cinco anos antes do surgimento oficial da universidade. O Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, em seu artigo 6º, dispunha que o “Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar”. O mesmo artigo assegurava a autonomia didática e administrativa das três unidades.

A reforma de Carlos Maximiliano era uma maneira de o poder central reverter um processo de descentralização de faculdades pelo país. Isso porque as primeiras décadas da República favoreciam, segundo artigo de Fávero no livro *A universidade e os múltiplos olhares de si mesma* (UFRJ/FCC/SiBI, 2007), o aparecimento de propostas de instituições universitárias livres em nível estadual. Esse movimento foi reforçado pela Reforma Rivadávia Corrêa, lançada em 1911.

Luiz Antônio Cunha, em seu livro *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas* (Civilização Brasileira, 1980), também destaca uma tendência, no período da Proclamação da República, de “desoficialização” do Ensino, deslocando a responsabilidade da Educação Superior da órbita do governo central para a dos estados. É nessa conjuntura que são instituídas, por exemplo, as Universidades de Manaus (1909), São Paulo (1911) e Paraná (1912).

O processo de constituição da Universidade do Rio de Janeiro, justapondo três faculdades isoladas, sem um modelo acadêmico ou curricular integrado, não se deu, no entanto, sem questionamentos. É o que comprovam as *Atas da Assembléia constituída pelas Congregações dos Institutos de Ensino Superior* para discussão do regimento da instituição. Debates como a incorporação do patrimônio das faculdades isoladas ao da universidade, a representação de professores de cada curso nas assembleias e a transferência de alunos, entre outras questões, ilustram as disputas de poder entre as unidades.

Ramiz Galvão, primeiro reitor da universidade, também já criticava a falta de debate e a inconsistência do projeto. Em documento encaminhado ao então ministro de Estado e Negócios da Justiça, Joaquim Ferreira Chaves, apontava: “Não errarei afirmando, pois, que a Universidade do Rio de Janeiro está apenas criada *in nomine*, e por esta circunstância se acha longe de satisfazer o *desideratum* do seu Regimento: estimular a cultura das ciências, estreitar, entre os professores, os laços de solidariedade intelectual e moral, e aperfeiçoar os métodos de ensino. Constituída pela agregação das três Faculdades preexistentes, de Engenharia, de Medicina e de Direito, do Rio de Janeiro, nem, ao menos, têm elas a sua localização comum ou próxima, vivem apartados e alheios uns dos outros, os três institutos que a compõem, sem laço de ligação, além do

Conselho Universitário, cujos membros procedem das três Faculdades.”

A polêmica da fragmentação

Fávero percebe aspectos positivos no modo como foi instituída a universidade. “A criação, apesar de ter sido bastante criticada na época, levantou a questão sobre a concepção de universidade. Incentivou o aprofundamento do problema universitário no país”, afirma a pesquisadora do Proedes da FE-UFRJ.

Cunha reconhece a frágil integração institucional, cujas origens se relacionam com o contexto de 1920. Pondera, no entanto, que a despeito de a instituição ter começado fragmentada, isso não significou uma condenação. Em outras universidades brasileiras, ao contrário, esse processo de formação institucional, segundo ele, foi muito produtivo. “Temos hoje no Brasil universidades públicas, que a despeito dessa origem fragmentada, conseguiram avançar muito na constituição da sua integração institucional. Na UFRJ estamos tremendamente atrasados nesse aspecto. Isso explica a nossa dificuldade de criar cursos que não sejam cursos de uma faculdade

ou de um instituto”, avalia o professor, estabelecendo uma comparação entre sistemas feudais e estados nacionais. “É como se insistíssemos na manutenção de uma organização feudal, recusando o nível dos estados nacionais. As universidades que caminham para a integração conseguem criar atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão que ultrapassam, necessariamente descartarem, no sentido dialético do termo, as divisões das diferentes instâncias disciplinares. Poderíamos ter, partindo dessas diferenças, avançado mais nessa articulação”, complementa Cunha.

As diferentes concepções de universidade a partir de 1920, os fatores que ajudaram a manter a cultura de fragmentação, já como Universidade do Brasil (1937), bem como suas implicações no momento atual serão discutidos no decorrer da série especial sobre os 90 anos da UFRJ. Nesse percurso histórico, buscando romper as amarras do seu próprio tempo, a instituição também se destacou pela qualidade do ensino, pelos avanços na pesquisa e por sua contribuição crítica e reflexiva em momentos cruciais da política brasileira. ■

Museu da Imagem e do Som



Escola Politécnica da UFRJ, na primeira metade do século XX.

da primeira reunião das Congregações

1911 1915 1920

Reforma Rivadávia Corrêa reforça o aparecimento de propostas de instituições universitárias livres, deslocando a responsabilidade da educação superior da órbita do governo central para a dos estados. É nessa conjuntura que são instituídas, por exemplo, as universidades de Manaus (1909), São Paulo (1911) e Paraná (1912).

O período é marcado pela reforma educacional Carlos Maximiliano. O Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, em seu artigo 6º, dispunha que o “Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar”.

Surge, por meio do Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, primeira denominação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A instituição surge da reunião das três faculdades – Medicina, Engenharia e Direito – existentes na Capital da República.

Ramiz Galvão, o primeiro Reitor.

Ata de criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

reprodução

Em constante evolução

O *campus* da UFRJ em Macaé aposta no ensino multidisciplinar e na aproximação com a população em busca de novo modelo de universidade.

Rodrigo Baptista

No século XIX, Charles Darwin, naturalista britânico, elaborou a teoria da evolução natural. De acordo com esse conceito, as características hereditárias das espécies que são favoráveis tornam-se mais comuns em gerações sucessivas de uma população de organismos enquanto as desfavoráveis tendem a desaparecer.

O processo de implantação do Campus da UFRJ de Macaé, cidade visitada pelo pesquisador inglês em 1832, guarda semelhanças com a proposta de Darwin. O polo avançado aproveita a tradição e a experiência de quase 90 anos de atuação da UFRJ no Ensino Superior e busca agregar novas metodologias de ensino e gestão de forma a superar os problemas existentes em uma instituição surgida de forma fragmentada. “A UFRJ cada vez mais assume a ideia da construção de um *campus* em Macaé, espaço que funciona como uma espécie de laboratório no qual é possível ousar, buscar novas experiências pedagógicas e administrativas. Em Macaé pretende-se aperfeiçoar o sistema de ensino e integrar as áreas de saber em uma perspectiva multidisciplinar”, afirma Francisco Esteves, professor do Instituto de Biologia (IB), fundador e diretor do Núcleo de Pesquisas em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-

Ambiental (Nupem) e vice-presidente do Colegiado Provisório do campus da UFRJ de Macaé.

Instituído em 27 de março de 2008, na sessão do Conselho Universitário (Consuni), o *campus* de Macaé começou seu processo de evolução na década de 1980, quando pesquisadores do Laboratório de Limnologia do IB iniciaram atividades científicas nas lagoas costeiras do município de Macaé e região. De lá para cá muita coisa mudou em termos estruturais, menos a ideia de contribuir para a conservação da região e permitir o seu desenvolvimento sustentável. De acordo com Chico Esteves, como é conhecido na cidade, o modelo de interiorização adotado pela UFRJ no município do Norte Fluminense é sustentado por dois pilares centrais: a integração de Ensino, Pesquisa e Extensão, que parte da ausência de departamentos, institutos e outras estruturas que dificultam ou mesmo impedem a união de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos e a preocupação social através da extensa relação da universidade com a região.

“A meta é romper a fragmentação do saber. A organização se dá aqui por grupos temáticos, ou seja, são formados grupamentos de projetos de Pesquisa e

Extensão que se aglutinam em torno de temas e não de disciplinas. Além disso, os professores se dedicam exclusivamente ao *campus*. Mudam-se para a cidade e têm a oportunidade de vivenciar a região e seus problemas, o que acaba sendo refletido na prática de ensino e no desenvolvimento de pesquisas voltadas para o crescimento local”, explica Esteves.

De acordo com Thaddeus Blanchette, professor e antropólogo da instituição, a principal contribuição da interiorização da UFRJ é a abertura de vagas, o que permite atender à população da região, antes carente de acesso ao Ensino Superior: “A universidade aumenta a oportunidade para a juventude daqui. Nem todos que estudam em Macaé teriam condições de ir para o Rio de Janeiro e ter acesso ao ensino público de qualidade. Os jovens antes tinham três opções: cursar uma faculdade particular; afastar-se da família e ir para o Rio, o que exige certa quantidade de dinheiro; ou não frequentar a universidade”.

É o caso de Vitor Valente, estudante do 9º período de Ciências Biológicas. “Sempre estudei em escola pública, minha família não poderia custear minha moradia em grandes centros como o Rio de Janeiro. Se não fosse pela interioriza-

ção eu não teria iniciado o curso”, comenta Valente, que também é servidor técnico-administrativo da UFRJ desde 2009.

Além de Ciências Biológicas, graduação pioneira implantada em 2006 e cuja primeira turma se forma no final deste ano, o *campus* Macaé conta atualmente com outros cinco cursos: Licenciatura em Química, Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Medicina. Thaddeus Blanchette destaca que é importante manter a expansão da universidade na região, investindo também em cursos da área das Ciências Humanas, que, segundo ele, “ainda não são tão enraizadas no *campus*”. O antropólogo ainda avalia “que existe a necessidade de desenvolver cursos nessas áreas de conhecimento para que seja possível dar conta da demanda crescente por cursos de nível superior”.

Também estudante do 9º período de Ciências Biológicas, Fabrício de Almeida Gonçalves, que fará parte da primeira turma de formandos, usa um conceito da Ecologia para explicar a dinâmica de funcionamento do campus. “Na Ecologia dizemos que a diversidade traz o equilíbrio. A maior parte dos professores que trabalha aqui têm perfis, origens e mentalidades diferentes. Isso faz com que o Campus Macaé cresça de forma diversificada. Os



Sala de aula no Polo Universitário, de Macaé.



Estudantes do curso de Farmácia no Laboratório Central Analítico, no NUPEM.

laboratórios também não são divididos por departamentos, eles são integrados por área de conhecimento, de estudo, o que nos leva a compreender que tudo está interligado”, destaca o aluno.

Colega de turma de Fabrício, Rhennã Nascimento da Silva enfatiza o processo evolutivo do campus e lembra que as dificuldades iniciais e naturais de fazer parte das primeiras turmas estão sendo gradativamente superadas. “No início, ainda não havia muito material para trabalho de campo e poucos laboratórios, mas por outro lado, tivemos a oportunidade de participar da construção do curso e comemorar cada nova conquista. Temos acompanhado a chegada de professores recém-concursados e a melhoria da infraestrutura. Recebemos, frequentemente, novos equipamentos e prédios são construídos em curto espaço de tempo”, enfatiza o estudante.

Para Uliana Pontes, professora da UFRJ desde o ano passado, o fato de ser um *campus* novo apresenta pontos positivos e negativos. “Temos alguns problemas, claro. Ainda estamos formando o corpo docente em razão dos concursos recentes. Alguns laboratórios também estão em fase de acabamento. Entretanto, o fato de ser um novo *campus* é também positivo, pois temos a oportunidade de solucionar alguns problemas pedagógicos observados no Rio de Janeiro, mas que são mais complicados de se modificar naquela estrutura de décadas”, avalia a professora.

Apesar de separados fisicamente, os cursos de Nutrição, Enfermagem, Medicina, Farmácia e Química, que estão em fase de estruturação, contam com o suporte dos cursos localizados no Rio de Janeiro. “A relação com o curso de Nutrição na sede é fundamental. A professora Elizabeth Accioly, atual diretora do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC), sempre incentivou a criação da graduação em Macaé. Há, inclusive, uma comissão de acompanhamento. É uma relação de parceria. Há diálogo, troca de experiências e cooperação”, sintetiza Beatriz Gonçalves Ribeiro, coordenadora do curso de graduação em Nutrição em Macaé.

Desafios futuros

Como um bom organismo em evolução, o *Campus* da UFRJ de Macaé encontra dificuldades e restrições, mas se adapta ao ambiente e busca soluções para velhos problemas, além de se preparar para os desafios futuros. Com a chegada de novos técnicos e professores em 2009, graças ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi possível ampliar a estrutura e atender à crescente demanda por vagas no Ensino Superior na região Norte Fluminense. A fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável, promover o crescimento sócio-ambiental, cultural e humano do município de Macaé e região, Francisco Esteves já pensa nos próximos passos no desenvolvimento do *campus*. Um deles é a criação de um centro de pesquisas em recursos marinhos. O projeto, que está sendo elaborado para a obtenção de recursos, já conta com um terreno doado pela Prefeitura, no bairro de Lagomar.

Outra medida que pode render ainda mais desenvolvimento para o *campus* e para a região é a aprovação de três cursos de pós-graduação: um na área de Ciências Ambientais e Conservação, cujo foco estará na multidisciplinaridade e na preocupação social; um segundo voltado para o estudo de produtos bioativos; e outro na área de Medicina. Os três estão em fase de análise pelo Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da UFRJ. Se aprovados, os projetos seguem para o Conselho Universitário (Consuni) e depois para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação.

Relação com a região

Um dos pontos estratégicos do campus da UFRJ de Macaé é a Extensão. A UFRJ busca incentivar o constante envolvimento dos docentes e estudantes em pesquisas e atividades com retorno social. A intenção é que “a universidade não seja uma ilha de conhecimento num mar de ignorância, mas uma ponte para reduzir os problemas sociais e melhorar a qualidade de vida”, explica Chico Esteves. Assim, são realizados periodicamente eventos, como o Fórum Científico da Bacia de Campos, que ocorre anualmente para discutir questões ligadas ao petróleo; palestras para profissionais da área de saúde, além de cursos para pescadores e professores das redes pública e privada dos ensinos Fundamental e Médio, com foco em Educação Ambiental e Sustentabilidade.

Segundo Cristiane Teixeira, coordenadora de Extensão do *campus* de Macaé, esses eventos contam com o apoio constante da Pró-reitoria de Extensão (PR-5) e são importantes por devolverem à população o conhecimento gerado pela universidade. “Eles dão abertura a novos olhares da população que não costuma frequentar a universidade e permitem estreitar os laços com os macaenses”, ressalta Cristiane.

Uma série de projetos focados na biodiversidade do Norte Fluminense têm sido contemplados por editais de fomento à pesquisa. De acordo com Rodrigo Fonseca, professor de Morfologia, essas pesquisas são realizadas por docentes de diferentes áreas, são multidisciplinares e têm como objetivo expandir em Macaé a qualidade dos centros de excelência já existentes no Rio de Janeiro a partir do intercâmbio de professores dos institutos de Ciências Biomédicas (ICB), de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF) e de Bioquímica Médica (IBqM) localizados na Cidade Universitária. “O foco da multidisciplinaridade permite interligar os campos de saber durante a pesquisa e levar isso para o ensino de graduação. O que é ministrado na sede de forma separada é lecionado, aqui, de maneira integrada, demonstrando que o conhecimento não pode ser compartimentalizado. Além disso, há, também, uma grande interação entre os professores, o que fortalece a docência e leva à criação de projetos de expansão relevantes para a sociedade”, afirma Fonseca.

Para Jorge Morais, professor de Bioquímica, até por uma questão pedagógica, as disciplinas são divididas historicamente em campos do saber, mas há uma busca constante por interseções entre os temas. “Queremos dar uma visão macro, com foco, por exemplo, na saúde e não apenas na doença. Esperamos que os alunos não saiam daqui com uma visão reduzida e extremamente especializada, no mau sentido do termo”, informa Jorge Morais.

Além das atividades de Extensão e Pesquisa com foco no desenvolvimento regional, Joelson Tavares, vice-presidente da Fundação Educacional de Macaé (Funemac), ressalta que a instalação da UFRJ

na região apresenta novas possibilidades econômicas para o período pós-ciclo do petróleo. “A universidade tem ações na área de Saúde, de Educação, de Meio Ambiente e de formação profissional em colaboração com o município, região que produz 85% do petróleo nacional. Entretanto, esse recurso é esgotável e precisamos encontrar alternativas. O investimento em Educação, por sua vez, não se esgota. Assim, a instalação da UFRJ permite que Macaé se transforme em um centro de conhecimento, de tecnologia e de pesquisa. O conhecimento acaba sendo irradiado pela região de maneira capilar, atingindo, de alguma maneira, todos os setores sociais”, explica Tavares. ■

De contêiner a terceiro polo em Macaé

Na década de 1980, Francisco Esteves, professor do Instituto de Biologia (IB) da UFRJ, fincou sua barraca na região litorânea de Macaé. Com um grupo de estudantes realizou pesquisas acerca da biodiversidade local, dando origem ao Núcleo de Pesquisas em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-ambiental de Macaé (Nupem), embrião do atual *campus* de Macaé, que conta com três polos: o Pólo de Barreto, onde se localiza o Nupem; o Pólo Universitário, na Cidade Universitária de Macaé; e o Pólo do Instituto Macaé de Metrologia e Tecnologia (IMMT), onde é encontrado um novo centro de pesquisas liderado por Moisés Cavalcante, professor de Bioquímica.

Inspirado por Chico Esteves, Cavalcante se mudou do Rio de Janeiro para Macaé a fim de instalar um laboratório a partir de dois contêineres cedidos pelo IMMT. “Sou oriundo do Instituto de Bioquímica Médica (IBqM) da UFRJ e herdei um laboratório após a morte da minha ex-chefe, a professora Vera Koatz. Nessa época eu havia feito concurso para Macaé. Achei que seria um bom desafio. Consegui equipamentos com o instituto e instalei-me no quintal do IMMT”, conta o pesquisador.

Em apenas um ano, os contêineres deram origem a 12 salas e quatro laboratórios bem equipados. A infraestrutura permite a realização de pesquisas inéditas em Modelagem Molecular, em Síntese e Purificação e em Atividade Biológica. Os estudos de células da fauna e da flora da região possibilitaram a produção de medicamentos com menor índice de efeitos colaterais na área de combate a inflamações e câncer.

Diante das adversidades, Cavalcante brinca: “Eu sempre repito: o Chico Esteves veio para cá com uma barraca de *camping*. Por que eu não poderia começar em um contêiner?”

Hoje, 15 pesquisadores atuam em estudos nos laboratórios de Bioquímica, Computação Científica, Purificação e Síntese de Substâncias Bioativas e Imunofarmacologia Celular. João Carlos da Silva, diretor técnico do IMMT, ressalta que a chegada da UFRJ a Macaé proporcionou trocas importantes com o município. “A vinda da UFRJ com o corpo técnico e científico permite desenvolver e tornar mais eficaz o setor de Metrologia (estudo das medidas), criando modelos e sugerindo procedimentos de controle e análise da qualidade de instrumentos utilizados na área de saúde. As análises e diagnósticos tendem a melhorar, evitando assim problemas num setor em que qualquer erro pode ser fatal”, finaliza João Carlos.



Moisés Cavalcante: laboratórios bem equipados.

Educação

desafia Brasil

Realizada entre 28 de março e 1º de abril, a Conferência Nacional de Educação (Conae), organizada pelo Ministério da Educação, contou com a participação de mais de três mil delegados, incluindo professores, demais profissionais de Educação, estudantes e observadores de diversos setores da sociedade civil. O objetivo foi reunir propostas para a elaboração de um novo Plano Nacional de Educação, que vigorará no decênio 2011-2020.

Pedro Barreto

O documento referência da Conae deixa clara a busca pela construção de um “Sistema Nacional Articulado de Educação”. Como metodologia, o texto-base foi organizado a partir das emendas aprovadas em cinco ou mais estados, após a realização das etapas municipais e estaduais, e estruturado em seis eixos temáticos: “Papel do Estado na garantia do direito à Educação de qualidade: organização e regulação da Educação Nacional”; “Qualidade da Educação, gestão democrática e avaliação”; “Democratização do acesso, permanência e sucesso escolar”; “Formação e valorização dos trabalhadores em Educação”; “Financiamento da Educação e controle social” e “Justiça, Educação e Trabalho: inclusão, diversidade e igualdade”.

Para Janaína Menezes, professora e diretora da Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), a construção de um sistema de educação que articule as esferas federal, estadual e municipal é fundamental. De acordo com a docente, a falta de encadeamento hoje existente faz com que não haja uma otimização dos recursos públicos. “Não apenas financeiros, mas também humanos. Temos um desperdício de potencial de gestão, no sentido de aproveitá-lo mais no operacional e não para as questões pedagógicas, que são as mais importantes”, analisa a professora.

Janaína cita o problema do transporte escolar. “No interior do país, as redes adquirem ônibus, principalmente a partir do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate). E o que acontece? Passa um ônibus com estudantes da Rede Municipal lotado e, ao lado, outro ônibus, da Rede Estadual, também lotado. Se as duas redes fossem integradas, a municipal poderia ficar responsável pelo transporte e a estadual por construir, por exemplo, quadras poliesportivas”, ilustra a docente.

Janaína Menezes foi uma das delegadas do Eixo V, que debateu o “Financiamento da Educação e Controle Social”, e teve como uma das propostas aprovadas a ampliação da vinculação para a Educação de 25% para 30% dos tributos (impostos, contribuições e taxas) de estados e municípios; assim como de 18% para 25% dos tributos referentes à União. “Eu entendo

que o direito à Educação, que está no artigo 205 da Constituição Federal, somente se faz, de fato, se associado a fontes estáveis de recursos”, avalia a professora.

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior Pública está explicitada no item 243, letra A, do Eixo V do documento-base. O “Fundes” seria um mecanismo semelhante ao atual Fundo para a Educação Básica (Fundeb), que, apesar de ser considerado um avanço em relação ao antigo Fundo para a Educação Fundamental (Fundef), é objeto de propostas de aprimoramento no texto, como maior fiscalização de seus recursos por meio de conselhos, Ministério Público, tribunais de contas e de toda sociedade.

Entre outras propostas aprovadas está a destinação de 7% do Produto Interno Bruto (PIB), já em 2011, e de 10% a partir de 2014; bem como a aplicação de 50% dos recursos do Fundo do Pré-sal para a Educação. Esta última foi sugerida pelos representantes dos estudantes na Conferência. “Tivemos uma participação importante no evento, mas não podemos parar por aí. O Plano Nacional de Educação terá que ser aprovado este ano e não podemos nos furtar a integrar este debate”, afirma Gabriel Gaspar, diretor de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes (UNE) e aluno do curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ.

Aprimorar a formação

Monique Andries Nogueira foi uma das delegadas representantes da UFRJ na Conferência. A professora da Faculdade de Educação (FE) da UFRJ participou do Eixo IV, “Formação e valorização dos trabalhadores em Educação”, e destaca a proposta que recomenda a formação em nível superior para a atuação no Magistério. A emenda é, segundo a docente, coerente com reivindicações dos movimentos sociais, sindicatos e outras entidades que defendem a extinção da Escola

Normal desde a década de 1990. Monique argumenta que, além de zelar pela qualidade do ensino, a proposta visa valorizar o salário da categoria. “Quando a categoria começa no nível médio, há um achatamento natural na remuneração”, explica a professora. Porém, Monique rejeita a ideia de uma demissão em massa desses profissionais: “Claro que eles não serão descartados. Será dada a chance de completar sua formação, mas o que a proposta sugere é que não sejam mais abertos concursos para profissionais de nível médio”.

Outra emenda aprovada diz respeito à formação dos professores a distância. O texto-base não rejeita a validade do modelo, mas aponta para a necessidade de mecanismos de controle rigoroso de qualidade. “Houve grupos que defendiam a formação exclusivamente a distância. Mas a proposta vencedora foi a que buscou não cair no maniqueísmo de que se é a distância é ruim e, se é presencial é bom”, informa Monique.

“A Educação a Distância (EAD) pode ser um complemento e não uma farsa, na qual se diga que está sendo feito para depois certificar realizações famigeradas. É preciso incentivar a expansão necessária em um país com o tamanho do Brasil, mas sem precarizar ainda mais esta formação”, defende Ana Maria Monteiro, professora e diretora da Faculdade de Educação (FE) da UFRJ.

Democratização do acesso

O Eixo III, “Democratização do acesso, permanência e sucesso escolar”, apresenta uma série de propostas que pretendem ampliar o acesso de jovens à escola e à universidade. Com relação ao Ensino Superior, o item 136 do documento evi-

dencia que o percentual de 12,1% dos jovens matriculados em cursos de graduação reflete um panorama “bastante restrito” e que, desse total, 74,1% das matrículas estão no setor privado, enquanto 25,9%, nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Portanto, a emenda propõe “incrementar a expansão da Educação Superior pública, sobretudo com o aumento de vagas no período noturno”.

No sentido da democratização do acesso, oferecendo condições iguais a todos os candidatos a ingressar no Ensino Superior, o documento contempla uma emenda referente às cotas. A proposta se baseia em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 2004, segundo os quais 72,9% dos brasileiros matriculados no Ensino Superior são brancos, enquanto os pardos representam 20,5% e os negros, 3,6%. Desta forma, o texto sugere “a reserva de vagas nas IES para um mínimo de 50% de alunos egressos das escolas públicas, respeitando-se a proporção de negros e indígenas em cada ente federado”. A proposta teria um prazo mínimo de dez anos de duração.

De acordo com Monique Andries Nogueira, a emenda é benéfica, já que, “além de beneficiar as classes sociais e grupos raciais e étnicos específicos, ela também favorece a universidade, que é oxigenada com a presença de representantes dos mais variados segmentos”. A professora da FE da UFRJ lembra o exemplo de



“É uma relação dialética: a mídia vai noticiar na medida em que for cobrada. E o papel da universidade é colocar em debate, divulgar.

**Acho que a UFRJ está devendo uma reunião para apresentar e analisar as propostas da Conferência”,
Ana Maria Monteiro,
diretora da Faculdade de Educação da UFRJ.**

universidades que já adotaram políticas de cotas para negros e índios, como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), e pondera que é preciso respeitar as peculiaridades de cada localidade e a autonomia universitária: “Não dá para ser um modelo único. Por isso, as universidades têm que ter independência para debater com a sociedade local”.

A proposta, no entanto, encontra resistência, mesmo no âmbito da UFRJ. Segundo Ana Maria Ribeiro, técnica em assuntos educacionais, servidora da UFRJ e delegada na Conae, o importante é garantir a assistência estudantil para a permanência do estudante na universidade. “Sou favorável ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e não às cotas. Temos que tratar os jovens como iguais e reforçar o financiamento, sem o qual não se faz assistência estudantil”, opina Ana Maria Ribeiro, que é representante dos técnico-administrativos no Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da UFRJ.

A realidade para os atuais estudantes é mais favorável do que há algumas décadas, na opinião da diretora da FE-UFRJ, Ana Monteiro. Para a docente, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) trouxe um cenário mais favorável para aqueles que dependem da assistência: “O que eu tenho

acompanhado na UFRJ é que o número de bolsas cresceu bastante. Tenho visto o aumento de bolsas e também uma preocupação com a criação de residências universitárias para que os estudantes possam efetivamente morar e estudar com condições dignas de vida”.

Gabriel Gaspar também destaca a importância de se assegurar mais recursos para a implementação de políticas de permanência dos estudantes na universidade. O estudante lembra que o Reuni – que já incentivava medidas para a assistência estudantil – foi aprovado pela maioria dos delegados da Conferência, mas o documento sugere a sua reavaliação periódica. ■

Debate precisa entrar na agenda nacional

De acordo com os participantes, a Conae não recebeu o espaço merecido na chamada grande imprensa. Uma manifestação de professores e estudantes da Universidade de Brasília (UnB) foi o principal foco dos noticiários durante o primeiro dia de evento. “Avalio que havia um boicote organizado contra a Conferência. Quando um evento que reúne toda essa gama de representações é retratado na imprensa a partir de um incidente, a gente percebe um viés claro de não informar”, opina Monique Andries. “A

Conae teve alto grau de representatividade, mas a mídia a tratou como algo ideológico”, concorda Gabriel Gaspar.

No entanto, para que o Plano Nacional de Educação (PNE) seja elaborado e votado, ainda em 2010, e implantado em 2011, será preciso maior mobilização popular no sentido de pautar o Congresso Nacional. “É uma relação dialética: a mídia vai noticiar na medida em que for cobrada. E o papel da universidade é colocar em debate, divulgar. Acho que a UFRJ está devendo uma reunião para apresentar e analisar as propostas

da Conferência”, sugere Ana Monteiro, da FE-UFRJ. “A importância dessa etapa nacional foi buscar um consenso do que é prioritário. Agora depende das entidades que participaram do encontro continuar a discussão em suas regiões”, aponta Monique Andries. “A sociedade civil precisa continuar a mobilização e cobrar o que foi definido, transformar o que foi dito naquele momento histórico em realidade normatizada”, destaca Janaína Menezes.

Regras de tributação para ICMS do petróleo fazem com que Rio de Janeiro fique dependente dos *royalties*, uma compensação financeira que ficou ameaçada após aprovação, pela Câmara dos Deputados, de emenda propondo nova forma de divisão dos recursos.



Caio Monteiro

Óleo da discórdia

Márcio Castilho

A aprovação da emenda Ibsen pela Câmara dos Deputados, em março deste ano, propondo um novo modelo de partilha dos recursos petrolíferos sem distinção entre estados produtores e não produtores, colocou o Rio de Janeiro em rota de colisão com outros entes federativos. Caso a medida seja aprovada também no Senado, o estado pode deixar de receber cerca de R\$ 7 bilhões por ano em arrecadação, comprometendo drasticamente a sua autonomia financeira e administrativa.

A Bacia de Campos, localizada no Norte Fluminense, responde por cerca de 80% da produção nacional de petróleo. O impasse político, que ilustra a precária articulação federativa brasileira, permanece no Congresso. Especialistas na área acreditam, contudo, que a emenda proposta pelos deputados Ibsen Pinheiro (PSDB-RS) e Humberto Souto (PPS-MG) não se transforme em lei. Para isso, o Rio de Janeiro precisará jogar na mesa de negociação argumentos não apenas técnicos, mas políticos.

Distorção tributária

A atual distribuição dos *royalties* – de um modo geral, recursos distribuídos para compensar financeiramente estados produtores por danos ambientais e impactos sociais causados pela exploração – é um direito assegurado pela Constituição de 1988. Essa forma de repasse foi definida em razão das regras de tributação adotadas no Brasil: excepcionalmente, no caso do petróleo, a arrecadação do Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) vai para os estados de destino e não para aqueles que produzem o óleo, os chamados estados de origem. Para Carlos Frederico Leão Rocha, professor do Instituto de Economia (IE) da UFRJ, esse fator tributário leva o Rio de Janeiro a ficar extremamente dependente dos *royalties*.

“Tudo o que o Rio de Janeiro consome de bens vai para os estados produtores desses bens. O que o Rio de Janeiro produz de petróleo vai para os estados consumidores e também não fica aqui. Esse é o argumento de fundo mais forte para o Rio de Janeiro. Ora, passemos a cobrar o ICMS do petróleo na origem ou o ICMS de todos os demais bens no destino”, afirma Leão Rocha, que trabalha no Grupo de Indústria e Competitividade (GIC) do IE-UFRJ.

O texto da emenda Ibsen desequilibra o orçamento do estado do Rio de Janeiro e inviabiliza, do mesmo modo, a economia dos pequenos municípios fluminenses, situados na Bacia de Campos, que

necessitam dos recursos dos *royalties*. Segundo Leão Rocha, algumas das consequências da indústria do petróleo nessas cidades incluem a valorização da terra, com expulsão de moradores das áreas mais valorizadas, drogas, alcoolismo e prostituição. “Ademais, existe a obrigação de criar infraestrutura para abrigar a população expulsa e a indústria. Com que dinheiro se os impostos não são pagos lá? Através dos *royalties*, que são uma compensação para tudo isso”, explica o economista.

Apesar de criticar a aplicação inadequada dos recursos em muitos municípios, o pesquisador ressalta que o mau uso dos *royalties* não deve ser motivo para desqualificar a importância do repasse. Ainda assim, ele afirma que o país está um passo atrás em termos de política de desenvolvimento local e apropriação de renda se comparado com outros polos produtores de petróleo no mundo desenvolvido. “Existem os casos de Aberdeen, no Reino Unido, e Stavanger, na Noruega. As políticas de desenvolvimento local foram muito mais agressivas do que aconteceu aqui. Houve um esforço grande para que a região recebesse também investimentos da indústria de transformação associada ao petróleo. Houve constituição de universidades novas. No Brasil, nada disso ocorreu. É claro, houve a abertura da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), mas não associada à política federativa. Não houve, e nem há, política de âmbito regional para compensar as perdas locais e, principalmente, resolver, pelo meio da produção, o problema de apropriação da renda”, avalia o professor do IE, que vem estudando temas associados à indústria do petróleo, gás e recursos naturais.

Novo pacto

A emenda ao Projeto de Lei nº 5.938, de 2009 faz parte do projeto que muda o marco regulatório para a exploração de petróleo na camada pré-sal, alterando o modelo de concessão para partilha de produção. Atualmente recebem os *royalties* somente os estados produtores de bens naturais exploráveis. Para Edmar Luiz Fagundes de Almeida, professor e pesquisador, membro do Grupo de Economia da Energia (GEE) do IE-UFRJ, a aprovação da emenda Ibsen pela Câmara dos Deputados resultou de uma estratégia política “equivocada” por parte do governo do Rio. Segundo Fagundes de Almeida, a questão dos *royalties* não deveria estar associada à discussão sobre a mudança do marco regulatório: “Por um lado, o governo federal está muito interessado

em mudar o marco regulatório do petróleo. Por outro, o governo do estado tem como interesse principal manter a atual forma de distribuição dos *royalties*. Ao misturar esses dois assuntos, um problema contaminou o outro”.

Fagundes de Almeida complementa que o governo do Rio deveria, desde o início, lutar para que a questão dos *royalties* não entrasse no âmbito da discussão do marco regulatório. “Buscando defender legitimamente a sua participação no bolo, acabou sendo contra a mudança do marco, com medo de que isso o prejudicasse. Pelo fato de ter sido contra o processo de revisão, o estado gastou todo o capital político na negociação com o Congresso”, avalia o professor.

Apesar da derrota parcial na Câmara dos Deputados – a emenda foi aprovada por 369 votos a 72 –, Fagundes de Almeida afirma que o texto não deverá ser aprovado no Senado. Ele acredita que, concluída a corrida presidencial, o novo governo terá condições de firmar, “com os ânimos menos exaltados”, um novo pacto entre os estados, separando as regras dos *royalties* para a produção de petróleo já existente e as reservas a serem exploradas na camada do pré-sal. “Assim não haveria ameaça ao equilíbrio financeiro, uma vez que o planejamento orçamentário do Estado não previa o pré-sal. Podemos manter a regra como está para o não pré-sal e discutir uma nova que possa eventualmente contemplar uma distribuição mais equilibrada,

“O petróleo garante dinheiro, não garante desenvolvimento. Isso vai depender da capacidade de construção de um novo pacto político e econômico para elaborar estratégias de desenvolvimento.”

Edmar Luiz Fagundes de Almeida

Caio Monteiro

pensando nos estados mais pobres do Nordeste não produtores”, sugere o pesquisador.

Com o início da exploração na camada do pré-sal, o governo estima dobrar a produção de petróleo em dez anos: dos cerca de dois milhões de barris por ano para quatro milhões em 2020, levando o Brasil à condição de importante exportador do produto, como informa Fagundes de Almeida. Segundo ele, essas

descobertas vão alavancar um ciclo de investimentos no país, o que não garante, no entanto, conquistas sociais, com redução das desigualdades: “Será um divisor de águas do ponto de vista econômico. O petróleo garante dinheiro, não garante desenvolvimento. Isso vai depender da capacidade de construção de um novo pacto político e econômico para elaborar estratégias de desenvolvimento”.

Outros países aproveitaram eficientemente esse potencial petrolífero. É o caso da Noruega, lembra Leão Rocha. “A Noruega era o país escandinavo com menor Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* da região. Essa produção foi suficiente para constituir uma indústria fornecedora competitiva tanto na Noruega quanto no Reino Unido”, afirma o pesquisador. De acordo com ele, se

a projeção do governo brasileiro em relação ao pré-sal se confirmar, o país chegaria a 2025 com uma produção equivalente à do Mar do Norte, na Europa.

Jogos olímpicos

A decisão dos parlamentares sobre a redistribuição dos *royalties* gerou forte reação de diversos segmentos da sociedade civil fluminense. O poder público e movimentos sociais convocaram, em março passado, uma grande manifestação, intitulada “Contra a covardia e em defesa do Rio”, contrária às mudanças na regra dos *royalties*. O ato público reuniu cerca de 120 mil pessoas na Candelária, no Centro da cidade. Se a medida estivesse em vigor, outros estados produtores seriam prejudicados, embora numa escala menor. É o caso de São Paulo e Espírito Santo.

No Rio de Janeiro, segundo as autoridades, a perda de arrecadação poderia inviabilizar inclusive a realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Para Fagundes Almeida, o próprio desenvolvimento do Estado seria inviabilizado, provocando uma crise financeira em um ente da federação, “o que não é bom para o Brasil”.

Leão Rocha concorda: “Qualquer financiamento ou dispêndio que dependa do estado acaba. Não creio que o município possa arcar com todas as despesas”. ■



Pesquisa ameaçada

Para Carlos Frederico Leão Rocha, do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC) do Instituto de Economia (IE) da UFRJ, a emenda Ibsen não prevê mudanças significativas quanto à política de investimentos em pesquisas voltadas para a indústria do petróleo. Historicamente, a UFRJ mantém colaboração com a Petrobrás no desenvolvimento de tecnologia para exploração do óleo em águas profundas. O professor salienta, no entanto, que o marco regulatório pode prejudicar as transferências previstas para a área de inovação e pesquisa: “parte do dinheiro vem das participações especiais. Não há garantia de continuidade”.

Segen Stéfén, professor de Estruturas Oceânicas e Tecnologia Submarina do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da UFRJ, também afirma que a reestruturação da Lei do Petróleo está “mal encaminhada” no capítulo referente às pesquisas. Segundo ele, esse item foi enquadra-

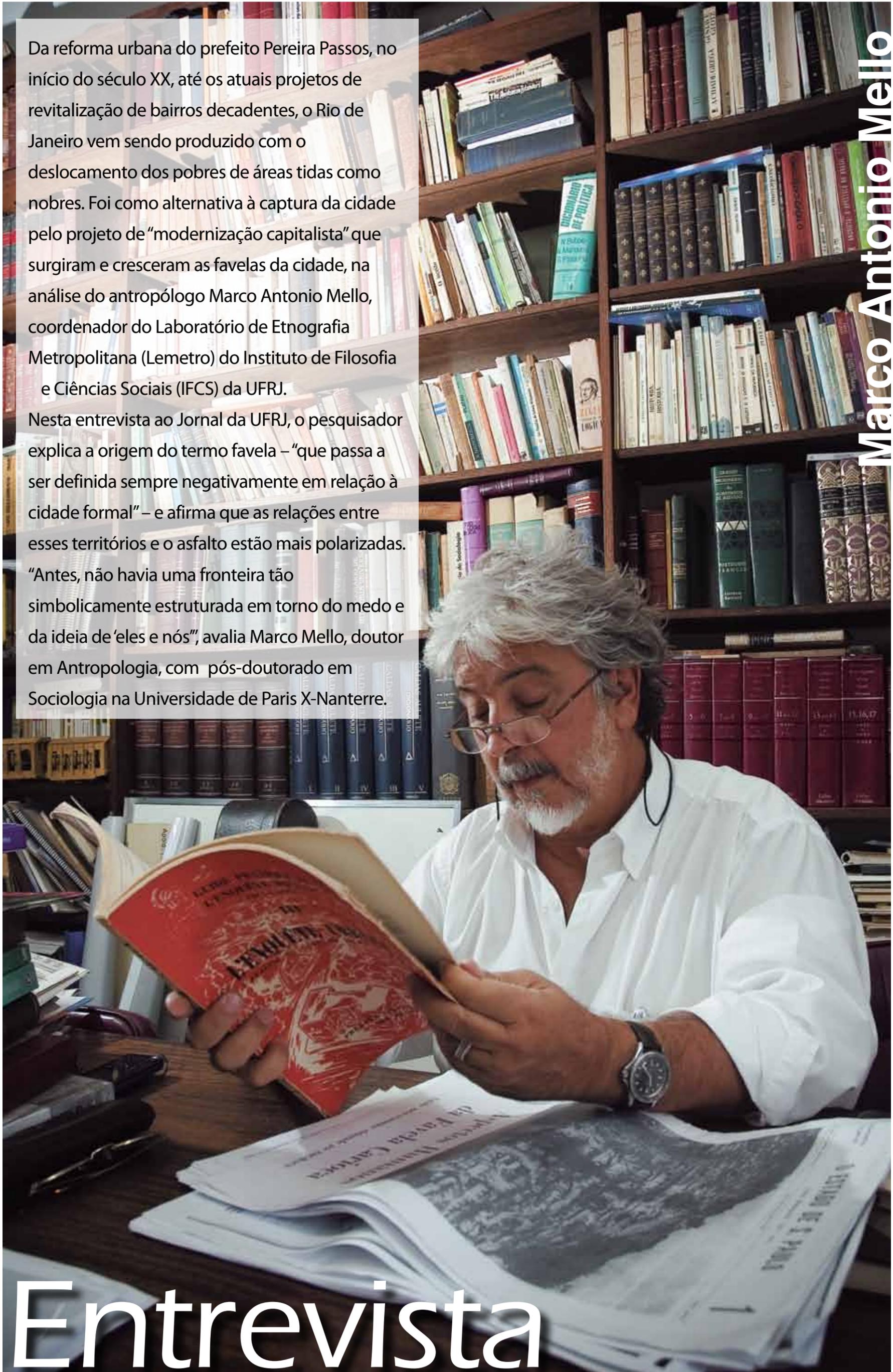
do no capítulo “Desenvolvimento Social”, porém não está explicitado como se daria o repasse. “O que tem de ficar claro é quais serão os recursos que substituirão os da participação especial e dos *royalties*, duas fontes usadas para a pesquisa. Isso não está explicitado no novo modelo”, assinala Stéfén, acrescentando que as verbas empregadas atualmente “tornaram o Brasil uma referência na exploração do petróleo no mar”.

Já Edmar Luiz Fagundes de Almeida, pesquisador do Grupo de Economia da Energia (GEE) do IE-UFRJ, avalia que a implantação do fundo social, um dos projetos do novo marco regulatório, poderá incentivar as pesquisas. O fundo, criado com recursos do petróleo, prevê investimentos em algumas áreas prioritárias, entre elas Ciência e Tecnologia. “Isso significa dinheiro para as universidades. Em qualquer cenário acredito que haverá mais investimento em Ciência e Tecnologia no Brasil”, afirma o integrante do GEE do IE-UFRJ.

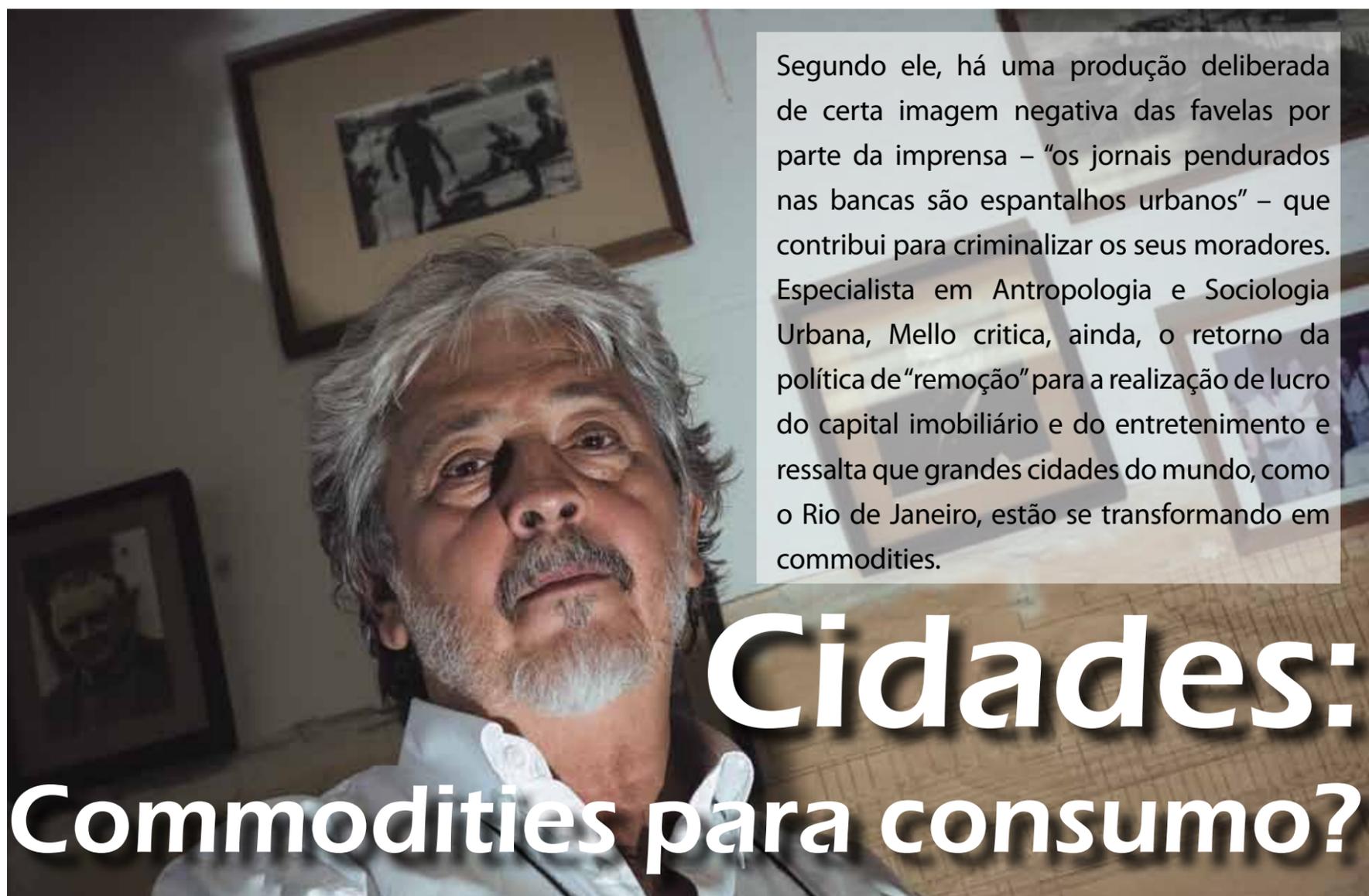
Da reforma urbana do prefeito Pereira Passos, no início do século XX, até os atuais projetos de revitalização de bairros decadentes, o Rio de Janeiro vem sendo produzido com o deslocamento dos pobres de áreas tidas como nobres. Foi como alternativa à captura da cidade pelo projeto de “modernização capitalista” que surgiram e cresceram as favelas da cidade, na análise do antropólogo Marco Antonio Mello, coordenador do Laboratório de Etnografia Metropolitana (Lemetro) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ.

Nesta entrevista ao Jornal da UFRJ, o pesquisador explica a origem do termo favela – “que passa a ser definida sempre negativamente em relação à cidade formal” – e afirma que as relações entre esses territórios e o asfalto estão mais polarizadas. “Antes, não havia uma fronteira tão simbolicamente estruturada em torno do medo e da ideia de ‘eles e nós’”, avalia Marco Mello, doutor em Antropologia, com pós-doutorado em Sociologia na Universidade de Paris X-Nanterre.

Marco Antonio Mello



Entrevista



Segundo ele, há uma produção deliberada de certa imagem negativa das favelas por parte da imprensa – “os jornais pendurados nas bancas são espantalhos urbanos” – que contribui para criminalizar os seus moradores. Especialista em Antropologia e Sociologia Urbana, Mello critica, ainda, o retorno da política de “remoção” para a realização de lucro do capital imobiliário e do entretenimento e ressalta que grandes cidades do mundo, como o Rio de Janeiro, estão se transformando em commodities.

Cidades: Commodities para consumo?

Coryntho Baldez

Jornal da UFRJ: Em maio, o Laboratório de Etnografia Metropolitana realizou um Colóquio comemorativo dos 50 anos de publicação do estudo *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, que será objeto de reportagem na nossa próxima edição. Essa pode ser considerada a primeira pesquisa acerca das favelas no Brasil?

Marco Mello: Essa foi realmente a primeira grande pesquisa empírica realizada nas favelas do então Distrito Federal. O estudo foi feito por encomenda da família Mesquita, dona do jornal *O Estado de São Paulo*, que contratou a Sigmacs, uma empresa de pesquisa criada na França pelo padre dominicano Louis-Joseph Lebet. Para fazer o levantamento, essa empresa se associou ao professor e sociólogo José Artur Rios. Depois de finalizada, *O Estado de São Paulo* publicou a pesquisa na íntegra, em duas edições, em 1960.

Jornal da UFRJ: Na época, eles se defrontaram com que tipo de problema para levar adiante esse empreendimento?

Marco Mello: Muitos. Um deles era a rejeição do ensino universitário à pesquisa empírica e ao fato de um sociólogo se apresentar no espaço público oferecendo um serviço, uma *expertise*. Isso parecia incongruente com o que se professava nas salas universitárias. Outro problema era a inexistência, no Rio de Janeiro, de uma massa crítica de estudantes, de jovens pesquisadores, capacitados a trabalhar com a chamada pesquisa empírica. Por isso, José Artur Rios foi a São Paulo, na Escola Livre de Sociologia e Política, coordenada pelo sociólogo norte-americano Donald Pearson, para contratar profissionais que

desenvolvessem essa metodologia da pesquisa empírica proposta, no início dos anos 1950, por Joseph Lebet.

Jornal da UFRJ: E qual é a importância de Lebet para a compreensão da cidade contemporânea?

Marco Mello: Ele foi autor do primeiro manual de pesquisa urbana em língua francesa, que inclui não apenas indicadores econômicos, mas também sociais. Isso era, até certo ponto, uma grande novidade nos quadros de uma Sociologia muito mais preocupada com o desenvolvimento econômico.

Jornal da UFRJ: Acerca das origens das favelas no Rio de Janeiro, há alguma relação entre a chamada modernização capitalista promovida pela reforma de Pereira Passos, no início do século XX, e a ocupação dos morros pela população de baixa renda?

Marco Mello: O engenheiro Pereira Passos estudou no antigo Instituto Politécnico, no prédio do atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), onde estamos fazendo essa entrevista. Ele foi um homem muito bem articulado acadêmica e tecnicamente. Passou muito tempo na França estudando as gares (grandes construções em ferro, aço e vidro) e os sistemas de transporte ferroviário, que constituíam o grande exemplo de modernidade e racionalização da vida nas cidades. Pereira Passos, que também representava os interesses capitalistas e a especulação imobiliária, é nomeado prefeito por imposição do Clube de Engenharia. Durante o seu mandato, no quadriênio 1902 a 1906, o Rio vive um

processo chamado de renovação urbana associado à reforma sanitária.

Jornal da UFRJ: Pereira Passos recebeu carta branca de Rodrigues Alves para fazer essa reforma?

Marco Mello: Sim, ele inclusive impôs uma condição a Rodrigues Alves para aceitar o cargo de prefeito: a de que não precisasse consultar a Câmara Municipal. Obteve a concordância do presidente e passou a promover essa grande reforma urbana no Rio, inspirada na que foi realizada em Paris, na segunda metade do século XIX, pelo então prefeito Georges-Eugène Haussmann, nomeado por Napoleão III.

Jornal da UFRJ: Esta reforma estava vinculada à ideia de higienizar a cidade, o espaço público, e afastar os moradores pobres das chamadas áreas nobres?

Marco Mello: Exatamente. Era um projeto que estava ligado à reforma sanitária, promovida por Oswaldo Cruz, que muito cedo enveredou pela discussão da chamada Medicina Experimental, a partir das descobertas de Pasteur na área da Microbiologia. Ele implanta a vacinação obrigatória, que sofre resistência dos positivistas, que eram contrários ao aumento do poder de polícia do Estado. O higienismo é muito importante posto que, com Pasteur, houve uma mudança na concepção do laço social. As fronteiras entre público e privado são alteradas radicalmente. Entre os indivíduos, que aparentemente eram mônadas separadas, passa a haver continuidade, que é dada pelo inimigo de dentro, os micróbios. Então, o Estado vai

reivindicar acesso às áreas que ele jamais tinha pensado em entrar, o que significa dizer que o poder de polícia do Estado aumenta significativamente.

Jornal da UFRJ: E o que isso representou?

Marco Mello: Uma presença superlativa do Estado na vida das pessoas, por meio dessas políticas de saúde, algo que não era bem visto pelos positivistas e grande parte dos republicanos. Com a reforma urbana, vem, então, o chamado “bota-abaixo”, que se dirige a um sistema construído e antigo, os chamados cortiços e casas de cômodos, que são associados à insalubridade. Todo o modelo de vida que era peculiar nessas habitações também vai ser banido do centro urbano. É como se a política de renovação urbana associada ao sanitarismo pudesse exorcizar todo o mal da cidade.

Jornal da UFRJ: E houve um aumento da ocupação dos morros com a expulsão das pessoas que moravam em cortiços?

Marco Mello: A reforma urbana operada por Pereira Passos altera a morfologia urbana e social da cidade. Certamente, houve maior ocupação dos morros, que foi uma das alternativas para a população atingida pelo “bota-abaixo”. Ainda não existia o termo favela, que era uma fava pequena, como o feijão, que existia em um dos morros do arraial de Canudos (BA). Quando os combatentes de Canudos vêm para o Rio de Janeiro, eles vão para o morro da Providência. No entorno desse morro, inclusive, havia muitas chácaras de famílias abastadas, entre elas a família que abrigou Machado de Assis. Era uma área de gente que morava

bem. Esses ex-combatentes se instalam no alto e, de lá, por analogia, começam a dizer que o local se parecia com o morro da favela, de Canudos. Assim surgiu o termo e a categoria “favela”, que passa a ser definida sempre em termos negativos em relação à cidade formal. As favelas não teriam ruas, mas becos. Não teriam casas, mas barracos, e assim por diante.

Jornal da UFRJ: *Pode-se dizer que essa ideia de “civilizar” a cidade, com a exclusão de setores de baixa renda, que marcou a gestão de Pereira Passos, contaminou o poder público desde então?*

Marco Mello: Creio que sim. O grande dístico da reforma de Pereira Passos é ‘O Rio civiliza-se’. Quer dizer, o Rio não precisa ser civilizado, ser desenvolvido, moderno, mas precisa parecer ser desenvolvido e moderno. A palavra civilização, na língua francesa, está associada ao polimento de superfície de pedra. Tanto que se diz: ‘fulano é muito civilizado, muito polido’. Tinha-se que parecer civilizado por um problema concreto e gravíssimo. O Rio de Janeiro era um porto dos mais importantes das Américas e corria-se o risco de os navios o evitarem. Isso porque morriam tripulações inteiras de febre amarela no Rio de Janeiro. Os grandes setores associados à exportação e à importação começam a pressionar o governo por medidas na área da Saúde. Um exemplo é a Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), da UFRJ, que surge para resolver problemas bastante concretos ligados ao coração desse capitalismo nascente.

Jornal da UFRJ: *Foi essa a lógica que orientou a criação das primeiras leis no Brasil para tratar da questão social?*

Marco Mello: Essa é uma discussão muito interessante porque frequentemente os pesquisadores passam longe dela. Um colega do Lemetro, professor Rafael Soares Gonçalves, discorre em seu livro, lançado em Paris recentemente, acerca da construção da favela como objeto jurídico. E o ponto central da sua tese é que a favela é produzida pelo Estado. Seria talvez uma veleidade de minha parte comentar as leis porque há uma sucessão enorme de leis e decretos para regular, ou melhor, para impedir a relação do resto da cidade com essas áreas chamadas de favelas.

Jornal da UFRJ: *Dê alguns exemplos.*

Marco Mello: São leis que impedem, por exemplo, obras de melhorias na moradia e no acesso a essas áreas. Ou seja, o Estado precariza a habitação. Ao fazê-lo, favorece o que chamamos de “favelização”. Esse processo, portanto, é derivado da incúria do poder público em relação à moradia como um direito fundamental, um direito à cidade. Os dispositivos legais, em diferentes momentos, tinham a finalidade, na verdade,

de viabilizar uma relação com o capital vinculado à especulação imobiliária.

Jornal da UFRJ: *A favela sempre teve uma presença forte no imaginário carioca e foi tema de várias manifestações culturais. Por exemplo, no cinema, os filmes Rio, 40 graus, de Nelson Pereira dos Santos, da década de 1950, e Cidade de Deus, de Fernando Meirelles, de 2003, retratam épocas distintas da realidade das favelas. É possível identificar o que mudou, de lá para cá, na sociabilidade dos moradores desses territórios?*

Marco Mello: Tanto *Rio 40 graus*, do nosso querido Nelson Pereira dos Santos, como *Cidade de Deus* são obras de ficção, que tentam apreender, de modos distintos, a favela como um elemento associado à própria imagem do Rio de Janeiro. Os quadros de Di Cavalcanti também fazem isso. Do ponto de vista da sociabilidade, há vários colegas que afirmam que houve uma grande transformação nesse tipo de padrão de relação interpessoal e na relação entre diferentes grupos urbanos que fazem parte da cidade. Há quem fale de “cidade partida”. Há outros que insistem em reeditar a discussão de um historiador francês, Louis Chevalier, que escreveu um livro, há muitos anos, chamado *As classes perigosas*, uma obra que associa esses territórios à criminalidade.

Jornal da UFRJ: *A cidade de Rio 40 graus ficou então para trás?*

Marco Mello: Um colega meu, o professor Luiz Antonio Machado da Silva, cunhou a expressão de “sociabilidade violenta” para mostrar que as formas de sociabilidade registradas em *Rio 40 graus* não vigem mais. Eu, particularmente, não tenho certeza disso, embora não queira desqualificar os modos de apreender as transformações nas relações sociais que os sociólogos e antropólogos, que fazem pesquisas na área, têm trazido para discussão. O que, de fato, parece ser uma constatação banal, é que as relações simbolicamente polarizadas entre a favela e o asfalto se alteraram. As relações eram mesmo muito mais entremeadas, não havia nenhuma separação marcada por uma fronteira tão simbolicamente estruturada em torno do medo, da ideia de ‘eles’ e de ‘nós’. Ou seja, não eram relações marcadas por aquilo que podemos chamar de “aduanas urbanas”. Hoje, elas existem tanto na relação com as eufemisticamente chamadas “comunidades”, como nos bairros dos bacanas. Há ruas que foram privatizadas, ou melhor, nas quais o uso foi particularizado, porque

não se trata de uma definição jurídica, mas diz respeito ao modo de uso do espaço. O espaço da rua é público, não privado, mas pode ser apropriado para uso particular, por meio de cancelas, guaritas.

Jornal da UFRJ: *Cite um exemplo.*

Marco Mello: A Selva de Pedra, no Leblon, que é um conjunto de 40 prédios de 13 andares voltados para uma praça pública. Foi construída em ruas públicas. Esse lugar parece um condomínio fechado, mas não é. São ruas e praças públicas. Na Selva de Pedra, há guardas particulares em cabines, guaritas e uma parafernália eletrônica para controle de visitantes. Atrás das guaritas há uma placa onde se lê “logradouro público”, que foi colocada por determinação do Estado. Mas a verdade é que as pessoas são permanentemente dissuadidas de entrar ali.

“Como planejar políticas públicas urbanas para a área de transportes, por exemplo, se essa função fica a cargo de empresas privadas? Como pensar em planejamento hidrovial se o dono da empresa de transporte por barcas é, também, o dono da Viação 1001?”

Jornal da UFRJ: *E nas favelas, como a presença do tráfico e das milícias afeta a sociabilidade e o movimento comunitário?*

Marco Mello: Uma das primeiras formas de atividade de trabalho associativo nas favelas, como política pública, foi desenvolvida por José Artur Rios, que era o chamado mutirão. Quem trouxe a discussão de mutirão foi ele, com um argumento muito simples. Nos anos 1950, a população das favelas do entorno da cidade ainda tinham uma forte origem rural. E a única forma de trabalho coletivo e associativo que

poderia ter apelo nessas favelas era o mutirão, já conhecida no mundo rural. Hoje, o movimento associativo sofre muito com a presença crescente dessa economia política do tráfico que passa a controlar as associações de moradores, na maioria dos casos. Eu já presenciei uma situação constrangedora. Em uma reunião, o pessoal da associação teve que ir pegar as chaves de um equipamento urbano público nas mãos de uma pessoa ligada ao tráfico. Isso acontece em várias favelas do Rio; as associações foram “fagocitadas” pelo tráfico, que tem a persuasão impositiva das armas.

Jornal da UFRJ: *E o outro lado da moeda, isto é, as execuções extrajudiciais, as torturas e os abusos de poder por parte das forças policiais nas favelas? Até que ponto essas práticas são um meio para manter esses setores sob controle?*

Marco Mello: Isso envolve uma questão ligada ao caráter perverso de algumas das políticas públicas de segurança. Nunca

podemos esquecer de um dado fundamental, a associação do clientelismo e do tráfico com o aparato policial. O professor Michel Misse tem um argumento interessante. Ele chama de mercadoria política aquela oferecida pela polícia, na sua faceta informal, como milícia ou como corrupção policial. Isto porque se trata de vender proteção para mercados ilícitos, que comercializam drogas e armas. Para protegê-los, surge uma outra mercadoria, que tem um preço.

Jornal da UFRJ: *E que papel tem a mídia no reforço desse tipo de política de segurança e de prática policial?*

Marco Mello: Essa agenda do medo também é produzida pela imprensa. Quando examinamos os arquivos do jornal *Correio da Manhã*, no Arquivo Nacional, apenas no que se refere às fotografias, podemos constatar empiricamente a produção deliberada de certa imagem sobre a favela. Os jornais e suas manchetes funcionam como espantalhos urbanos. Os moradores das favelas são criminalizados e, por um processo de subjetivação extremamente perverso, passam a se autoincriminar.

Jornal da UFRJ: *Quais os efeitos disso no tecido social?*

Marco Mello: Certamente, isso provoca nas pessoas uma demanda por mais helicópteros policiais, blindados, “caveirões”. A metáfora da guerra que vem sendo utilizada pela polícia e pela mídia, e que convém muito em certas condições, é absolutamente inadequada. Não há nenhum analista sério que afirme que, de fato, exista uma guerra. Essa metáfora da guerra sugere um inimigo, que é a favela. A solução, claramente falaciosa, passa a ser o uso de tanques para subir as favelas. Passa a haver um clamor para ‘remover’ as favelas e as pessoas começam a dizer absurdos do tipo: ‘tem que jogar napalm nas favelas’. A favela é demonizada.

Jornal da UFRJ: *Em relação aos dados sobre violência, há alguma maquiagem?*

Marco Mello: Esse é um problema. O aparato policial no Rio de Janeiro resistiu durante muito tempo à estatística. Não é possível formular políticas públicas comprando “caveirão” e helicóptero sem mostrar os dados, que muitas vezes apontam em outra direção. Por exemplo, no município de São Gonçalo, onde existem muitas favelas e assentamentos de baixa renda, uma pesquisa empírica mostrou, para horror de todo mundo, que 64% dos homicídios na cidade ocorrem em ambiente doméstico. Ou seja, o que o helicóptero blindado vai resolver nesses casos? E não é um caso único. Qualquer delegado ou policial medianamente informado pode confirmar isso. Há toda uma manipulação de dados. O Instituto de Segurança Pública (ISP), encarregado da produção de estatísticas no estado, cujo trabalho acompanhei desde a sua fundação, sofreu inúmeros reveses. Isso aconteceu porque

o levantamento de dados não indicava a direção que o governo queria. Passou-se, então, a manipulá-los.

Jornal da UFRJ: *Algo parecido aconteceu com a população das favelas?*

Marco Mello: Sim. Segundo os dados do Instituto Pereira Passos, por exemplo, a Rocinha tem 50 mil moradores. Já de acordo com levantamento das associações de moradores a população da favela é de cerca de 170 mil. Há uma manipulação de dados, para cima ou para baixo. O Complexo da Maré tem 135 mil pessoas. Mas há favelas na América Latina com até um milhão de habitantes, como Ciudad Bolívar, em Bogotá (Colômbia). Comparativamente a algumas favelas da Zona Sul do Rio, que possuem cerca de 5 mil, não é nada. Produz-se um tipo de discurso que se parece muito com uma técnica de apavoramento.

Jornal da UFRJ: *Como o senhor avalia a chamada Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)?*

Marco Mello: É interessante essa denominação, que apenas reforça a idéia da guerra. O administrador poderia ter inventado uma denominação diferente. Mas os próprios moradores demandam esse serviço, porque se ele não existe tem-se aqueles 64% de homicídios no âmbito doméstico. E sabe como a polícia classifica esse tipo de conflito? “Feijoadá”! Que quer dizer, briga de família, entre conhecidos. É um conflito tido como pouco nobre para receber a atenção da polícia, que, portanto, deve se ocupar com a “guerra”, com o “criminoso”. Ela não compreende que é mediadora de conflitos e que é um serviço público. Como pode alguém ficar com medo da polícia, de um serviço público?

Jornal da UFRJ: *No Rio, voltou com força a ideia de remoção, um termo somente utilizado, segundo o antropólogo Marcos Alvito, quando se fala de favela, lixo e cadáver. Como senhor avalia essa questão?*

Marco Mello: Primeiramente, concordo integralmente com a observação do meu colega Marcos Alvito. Há um problema na ideia de “remoção”, pois o Estado precisa dizer para onde vai a população deslocada de sua moradia. E o Estado pode, por exemplo, ser pego em armadilhas. Por exemplo, na época em que desalojou Vila Mimosa, precisou indicar para onde ela iria. E acabou descobrindo que nenhum bairro queria a Vila Mimosa, porque ninguém quer prostituta morando perto. Então, o Estado teve que voltar atrás e indenizá-las. Ou seja, recaiu sobre elas o ônus de ir procurar lugar para morar. Tentaram Nova Iguaçu e acabaram na rua Ceará. Foram recebidas a pedradas e barricadas. Mas hoje a Vila Mimosa está completamente associada à economia daquela área decadente da cidade.

Jornal da UFRJ: *O poder público vem buscando associar a remoção a áreas de risco. Como o senhor avalia isso?*

Marco Mello: Não se deve misturar as coisas. Em uma área nobre de Niterói, uma casa de luxo, na estrada Fróes, desabou e matou um homem. Lá existe outra casa linda, prestes a desabar, e ninguém vai falar em remoção, mas em contenção de encosta.

Jornal da UFRJ: *Historicamente, a ideia de remoção paira sempre como uma ameaça sobre as classes pobres?*

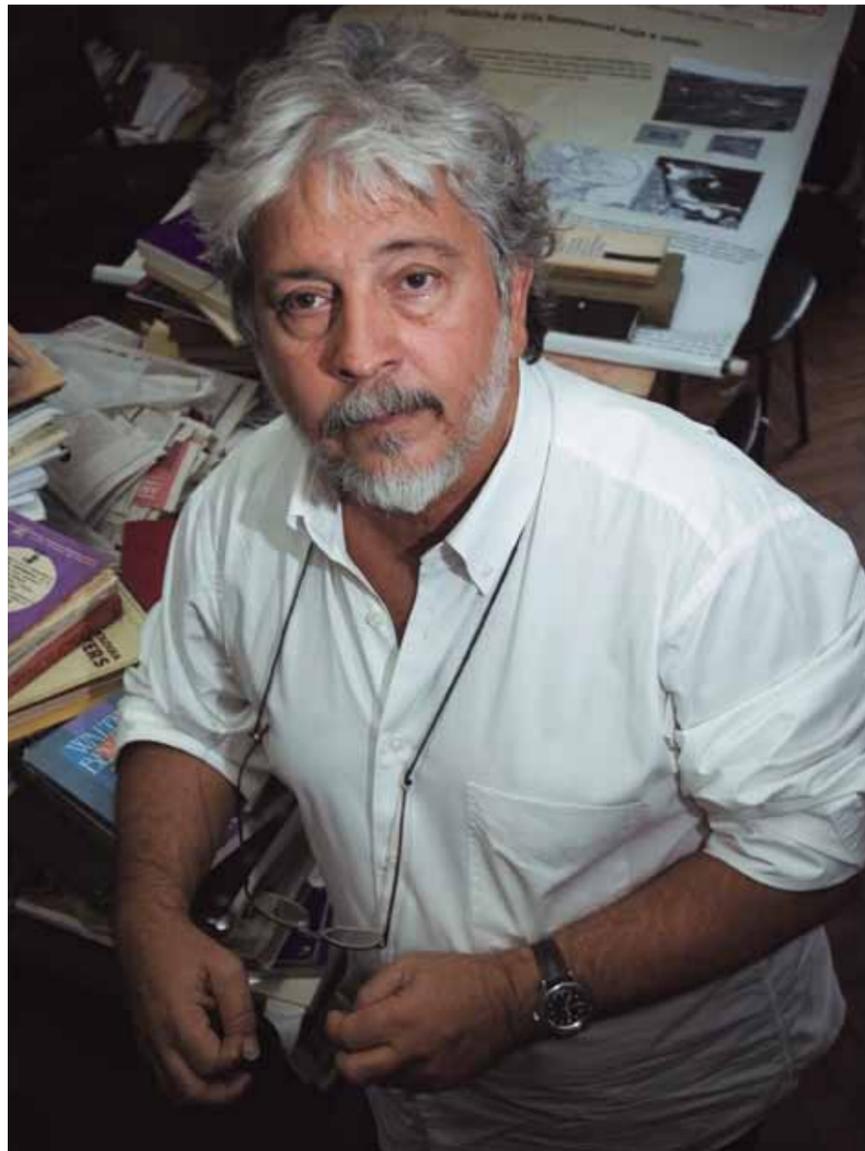
Marco Mello: Ela sempre esteve presente, mas de modo dissimulado, tanto no Brasil como em outros países. Fala-se de reestruturação urbana, mas não de renovação urbana, porque isso parece coisa do passado, lembra o ‘bota-abaixo’ do Pereira Passos. Fala-se em revitalização em bairros como a Lapa, mas isso implicou na ‘remoção’ de várias pessoas que moravam naquele sistema construído. Nesse processo de estabelecimento de casas de shows, ocorreram vários conflitos. É uma área associada ao corredor cultural que reabilita um antigo circuito de diversão que era a Lapa. O capital do entretenimento se apropriou dessas áreas.

Jornal da UFRJ: *Essa exclusão de moradores se dá pelo fato de a habitação ser tratada mais como mercadoria do que como direito?*

Marco Mello: Pior do que a habitação como mercadoria são as cidades como *commodities*. Esse é o processo que estamos experimentando. Eu somente fui compreender Luanda depois que ouvi a palestra de uma colega da Escola de Arquitetura de La Villette (Paris, França). Ela falou de uma viagem dela para Istambul, Marrocos, e a descrição dela me fez entender o que está acontecendo na área portuária do Rio de Janeiro e também em Maricá, onde os espanhóis compraram uma extensa área. As cidades realmente estão se transformando em *commodities*. Queiramos ou não, há um processo de internacionalização dessas áreas para a realização de um capital imobiliário.

Jornal da UFRJ: *E qual o papel da universidade nessa discussão sobre a questão urbana?*

Marco Mello: A universidade produz conhecimento, mas não é um polo de decisão política, não executa políticas públicas. A universidade disponibiliza o conhecimento, mas não sabe se o agente público vai dialogar seriamente com a produção acadêmica. Às vezes, ele prefere uma relação com as organizações não-governamentais (ongs), o que considero uma perversão do espaço público. Essas organizações têm acesso a uma mina de dinheiro para fazer supostamente política pública. Em cidades como Paris, por exemplo, nenhum morador vai achar que



um organismo desse tipo pode substituir a política pública que ele demanda. No Brasil, se construiu essa relação com as ONG, com a “demonização”, inclusive, da universidade, considerada pesada, complexa e burocrática. É assim que se vai justificando a aproximação do poder público com elas.

Jornal da UFRJ: *Por que o poder público não consegue massificar efetivamente o acesso à habitação de qualidade para as faixas de baixa renda?*

Marco Mello: Isso deveria ser absolutamente banal do ponto de vista da função redistributiva do Estado. A imprensa publicou recentemente que o município de Niterói tem um dos mais altos impostos Territorial e Urbano (IPTU) do Brasil. Ao mesmo tempo, foi um dos que mais sofreu com deslizamentos e mortes por causa das chuvas que atingiram o Rio de Janeiro no início de abril. Isso evidencia o caráter perverso da gestão, porque se deveria ter políticas urbanas muito mais adequadas. Faltou planejamento? Sim. Mas, como planejar políticas públicas urbanas para a área de transportes, por exemplo, se essa função fica a cargo de empresas privadas? Como pensar em planejamento hidroviário se o dono da empresa de transporte por barcas é, também, o dono da Viação 1001? Esse é um processo predatório da ambiência das cidades levado a cabo por empresários e que impede o planejamento urbano.

Jornal da UFRJ: *Como enfrentar esse vácuo no planejamento?*

Marco Mello: O Estado não pode abrir mão de planejar, e de modo articulado. A política de habitação não pode estar disso-

ciada da política de urbanização. Há também o problema da educação, que é importante. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, tivemos no Rio de Janeiro uma formulação de política pública nessa área, com a criação dos Centros Integrados de Educação Popular (Ciep), tendo à frente Darcy Ribeiro e Maria Yedda Linhares. A ideia era implantar a educação integral e algumas soluções para construir os Cieps em favelas passava, por exemplo, pelo plano inclinado. Muitos as ridicularizaram, como se os moradores dessas áreas não merecessem esse tratamento.

Jornal da UFRJ: *Em sua opinião, a solução seria então global, abrangendo diversas políticas públicas? E as soluções pontuais, baseadas nas chamadas boas práticas, como o Favela-Bairro, estariam então esgotadas?*

Marco Mello: Acho que não. Um dos urbanistas que concebeu esse “Ovo de Colombo” chamado Favela-Bairro foi o nosso colega Sérgio Magalhães, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ. É um projeto que surgiu a partir de questões muito práticas. Por exemplo, como acabar com as enchentes da praça da Bandeira. E elas não vão acabar caso não se resolva o problema da coleta de lixo nos morros do Borel, da Formiga, entre outros. Querendo-se ou não, são localidades que fazem parte da cidade, não podem ser excluídas. As soluções globais não excluem as intervenções pontuais. Não se pode jogar a criança fora junto com a água do banho. ■

Pensando novas formações

UFRJ amplia oferta de cursos de graduação buscando atender demandas da sociedade contemporânea.

Vanessa Sol

A UFRJ vem trabalhando, nos últimos anos, para aumentar o número de cursos de graduação oferecidos pela instituição, que hoje ultrapassa a marca dos 150, somadas as habilitações. A medida é também uma tentativa de democratização do acesso ao Ensino Superior público através da ampliação da oferta de vagas.

Para debater a criação de novas graduações e refletir acerca do que elas significam para a universidade, foi organizado, no mês de março, o seminário “UFRJ e os novos cursos de graduação”, realizado no Instituto de Estudos de Saúde Coletiva (Iesc). No encontro, foram discutidos os cursos já implantados e aqueles ainda em fase de desenvolvimento de projetos.

Formações inovadoras

A criação de algumas graduações vem sendo acompanhada de um projeto pedagógico inovador multiunidade, ou seja, cursos coordenados por mais de uma unidade acadêmica. Belkis Valdman, pró-reitora de Graduação (PR-1), explica que a importância dos cursos que utilizam essa proposta pedagógica é a concepção de um curso integrado, com saberes de várias áreas da Ciência, da Arte, da Tecnologia entre outras, sendo capaz de formar profissionais mais preparados para os novos tempos. “Nós estamos vivenciando uma transformação da sociedade. Eu queria destacar que a UFRJ, apesar de ser uma universidade que, às vezes, parece muito lenta nas mudanças, conseguiu, nos últimos dois anos, uma façanha muito grande: as novas formações”, ressalta a pró-reitora.

Durante o seminário, Antônio Carlos Silva, professor associado de Etnologia e Antropologia da UFRJ, apontou para a criação de um bacharelado em Ciência da População cujo objetivo será o estudo da diversidade humana no âmbito da graduação, pois não existe, atualmente, no país, nenhum curso com este perfil. Através dele, a intenção é formar profissionais capazes de identificar os direitos das populações quilombolas, os problemas éticos que se colocam na definição de terras indígenas, a situação epidemiológica e quais fluxos históricos levaram a isso, entre outras questões. “Uma das questões que estamos discutindo com o Instituto de Estudos de Saúde Coletiva (Iesc) e o Núcleo Estudos Internacionais (NEI) é a possibilidade de pensar uma graduação que ultrapasse as fronteiras disciplinares, que são bastante enrijecedoras do conhecimento”, destaca o professor.

O corpo deliberativo do Departamento de Antropologia e a congregação do Museu Nacional (MN) já aprovaram a proposta do curso. De acordo com Antônio Silva, para dar continuidade à sua formatação, falta a aprovação do Iesc e do NEI.

Defesa e Gestão Estratégica Internacional



Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social



Bandolim



Regência



Restauração

Novos Cursos de 2010

Nos últimos dois anos, a UFRJ criou 22 novos cursos de graduação, orientada pela preocupação com a formação cidadã, plural e interdisciplinar de seus estudantes e não apenas com a preparação para o mercado de trabalho. A partir daí, a UFRJ vem tentando proporcionar novas e diversificadas formações, esperando que os futuros profissionais possam atender as atuais demandas da sociedade e enfrentar as mudanças do mundo contemporâneo tanto na esfera tecnológica quanto na social.

Os recentes cursos criados contemplam formações tradicionais e de vanguarda. Para 2010, a UFRJ oferece 11 novos cursos de graduação, entre os quais quatro apresentam projetos curriculares integrados entre distintas áreas do conhecimento e sob a coordenação de mais de uma unidade acadêmica. Os cursos que se encaixam nessa modalidade são: Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, Defesa e Gestão Estratégica Internacional, Nanotecnologia e Ciências Biológicas - Biotecnologia.

Já os cursos de Restauração e Conservação, Música - Bandolim, Música - Regência de Banda, Licenciatura em Dança, Teoria em Dança, Engenharia Nuclear e Licenciatura Português - Literaturas seguem o modelo tradicional cuja coordenação é de responsabilidade de apenas uma unidade.

Em 2009, foram criados os cursos de Terapia Ocupacional, Saúde Coletiva, Relações Internacionais, Bacharelado em Ciências Matemáticas e da Terra, que são cursos multi-unidade, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Filosofia, História da Arte, Comunicação Visual - Design, além dos cursos de Medicina, Nutrição e Enfermagem, no campus de Macaé; Ciências Biológicas - Biofísica, em Xerém.

Bioética, um desafio

Outra proposta inovadora de graduação é a de Bioética, fundamental para atender a uma demanda da sociedade contemporânea, segundo Maria Clara Dias, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. A proposta é que o curso seja interdisciplinar e multiunidade, permitindo uma formação ampla aos futuros bioeticistas. “Aqui, no Brasil, a Bioética está compartimentada. Nós, filósofos, aprendemos a discutir sobre fundamentos filosóficos, mas não conseguimos fornecer um caso concreto como exemplo”, avalia a docente.

Para os que veem o curso com temor, Maria Clara afirma que “essas novas formações devem ser vistas pelos estudantes como uma tentativa positiva da universidade de, finalmente, responder aos anseios da sociedade à qual ela serve, pois é um desafio tentar abrir a nossa sociedade para algo que é pensado há pouco tempo: a ética aplicada aos diversos setores da sociedade, como questões de vida, de morte, de direitos, de meio ambiente e de animais, entre tantos outros”.

Já o curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional, que teve sua primeira turma iniciada em 2010, é uma graduação interdisciplinar e multiunidade, estando sob a coordenação colegiada do Instituto de Pesquisa e Pós-graduação em Administração (Coppead), Iesc e NEI. Acerca da proposta de criação do curso, seu vice-coordenador, professor Ronaldo Fiani, lembrou a frase dita pelo escritor austríaco Stefan Zweig que diz que o Brasil é o país do futuro. No entanto, Fiani indagou: “Que futuro?”. Para o docente,

essa é a questão dos estudos estratégicos: “Definir o futuro que se quer para o lugar em que se vive”.

Fiani rebate as críticas de que o curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional ressuscita a questão da “segurança nacional”, doutrina política do regime militar. “A questão estratégica e de segurança precisa ser discutida pela sociedade e pela academia e não apenas por um segmento do Estado. Essa é a visão do curso, que foi muito difícil de ser entendida”, conclui o professor. ■



Uma cidade de direitos

O acesso da população à infraestrutura e aos equipamentos urbanos ainda é desigual no Brasil. Embora os grandes acontecimentos esportivos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, criem expectativas favoráveis, teme-se que eles sirvam apenas para reforçar a segregação social e econômica nas cidades.

Aline Durões

O ar das cidades torna o homem livre”. Esse antigo provérbio alemão demonstra com propriedade o impacto que a organização em cidades promoveu no modo de vida da civilização humana.

As primeiras *urbes* surgiram na Mesopotâmia, em torno de 3.500 a.C. Mas foi na Grécia Antiga que elas adquiriram o *status* de lugar de encontro e de diálogo entre os cidadãos. “Foi nas cidades que o homem aprendeu que, para além de defender os interesses próprios, ele precisava levar em consideração os interesses do grupo no qual estava inserido. Esse processo, posteriormente, foi chamado de democracia. A democracia é filha da cidade”, explica Cristóvão Duarte, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ.

Por ser indissociável da democracia, a cidade deve ser experimentada de igual forma pelos diferentes grupos de indivíduos. Em tese, todas as pessoas de uma *urbe*, independentemente de raça, etnia, gênero, renda, idade ou orientação política, têm o direito de gozar de suas estruturas de maneira equânime.

Para reforçar esse direito, foi aprovado o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). O texto estabelece normas que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos. Ele prega, entre outras, a adoção de uma política urbana que garanta “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Apesar da legislação, o Direito à Cidade não é uma realidade. O acesso aos frutos da urbanização é desigual. A Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) de 2007, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, constatou que 34% da população brasileira vive em moradias inadequadas nas cidades e 54,6 milhões de pessoas moram em residências sem rede de esgoto sanitário, com serviços inadequados de água ou em condições de superlotação familiar. A mesma pesquisa concluiu, também, que os moradores de favelas soma-

ram sete milhões de brasileiros em 2007, o correspondente a 4% da população do país. Cerca de quatro milhões, mais da metade do total, se encontram concentrados no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Além da habitação, outro ponto problemático do acesso à cidade é o transporte público. Segundo a sétima edição da Pesquisa de Informações Municipais (Munic), feita em 2008, 16,5% dos municípios brasileiros não contam com nenhum serviço de transporte coletivo por ônibus. Os dados evidenciam também que o metrô está presente em apenas 15 municípios. Neste quadro, somam-se à escassez de veículos os sérios problemas relacionados à segurança e à qualidade dos veículos.

Tábua de salvação?

Apesar dos dados desanimadores, muitos cariocas estão esperançosos. Isso porque a cidade do Rio de Janeiro participará da Copa do Mundo e sediará os Jogos Olímpicos, em 2014 e 2016, respectivamente. Os megaeventos esportivos proporcionarão transformações que podem imprimir significativas melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

Grande quantidade de recursos financeiros está sendo destinada à cidade. Para o Mundial de Futebol, por exemplo, serão investidos diretamente R\$ 47,5 bilhões em infraestrutura, turismo e consumo no país. Apenas com o turismo, a Copa do Mundo de 2014 vai gerar R\$ 9,4 bilhões. Durante o evento, nos meses de junho e julho, estima-se que o país vai receber 600 mil turistas estrangeiros, além dos 3,1

milhões de brasileiros que vão viajar pelo Brasil. Parte dos recursos investidos e da receita gerada ficará no Rio de Janeiro.

Já as Olimpíadas de 2016 vão além. De acordo com um estudo feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os projetos de infraestrutura no Brasil receberão investimentos de R\$ 274 bilhões entre 2010 e 2013, o que representa um aumento de 37,3% em relação ao período de 2005 a 2008.

Um horizonte tão amplo e promissor, entretanto, pode ser prejudicial. As possibilidades múltiplas e os recursos vultosos

contrastam com o tempo curto e com as inúmeras medidas a serem executadas. Estaria o Brasil e, em especial, o Rio de Janeiro, preparado para receber eventos desse tipo? Mais do que isso: as mudanças que vêm sendo pensadas e extensamente discutidas por técnicos e autoridades governamentais buscam a construção de uma cidade aberta, justa e igualitária?

Cristóvão Duarte acredita que não. “O Rio não está preparado para desempenhar mesmo as funções imediatas, que dirá para assumir responsabilidades em longo prazo. O Estado não consegue atender necessida-





Marco Fernandes

o T5 realizará cerca de mil desapropriações. Já o “Porto Maravilha” pretende tirar do papel o projeto de revitalização da Zona Portuária, engavetado há mais de uma década. A iniciativa inclui projetos de infraestrutura urbana, ações habitacionais – que multiplicarão por quatro a atual população local de 25 mil moradores –, desenvolvimento de polo cultural e novos negócios.

A principal crítica de Cristóvão Duarte às discussões de urbanização para o Rio de Janeiro é a ausência de um projeto claro de cidade que norteie as ações. Para ele, as autoridades envolvidas nesse processo não chegaram a um consenso acerca de qual cidade desejam construir. “Para aproveitar esses recursos, precisamos estabelecer uma base consensual do que é a nossa cidade. Quando nos confrontamos com os projetos, percebemos que essa base não existe. A direção a ser dada aos investimentos não está sendo discutida”, afirma o professor.

Para Raquel Tardin, também professora da FAU, falta planejamento ao Rio de Janeiro. Ela adianta que, para estar preparada para eventos que deixarão marcas em sua estrutura urbana, a cidade necessita de um “plano integrado de análise e ação”, que seja capaz de “aglutinar distintas instâncias do lugar e sua gente, com seus respectivos desdobramentos, sejam projetos urbanos, políticas públicas ou gestão”. A docente avalia que o Rio de Janeiro não conta com esse tipo de iniciativa: “Nós não temos um plano desta natureza. E, para tê-lo, seria preciso realizar um trabalho complexo, com perspectiva de implementação em longo prazo, ainda que a concepção do plano em si possa ser uma medida de curto e médio prazos.

Ou seja, quando se tem um ‘plano de cidade’, os eventos podem atuar como alavancas deste ‘plano’ ao invés de serem a razão pela qual se planeja. Se o plano se dá por este último viés,

pode-se incorrer em ações pontuais, direcionadas a atender aos eventos em si mesmos, como foi o caso dos Jogos Panamericanos, ou mesmo derivar em ações nesta ou naquela parte da cidade, sem, contudo, entender ‘a cidade’ e sua complexa rede de relações espaciais e funcionais, que merecem ações coordenadas e estratégicas”, observa a professora.

Para os especialistas, o planejamento urbano deve ter como norte principal a construção de uma *urbe* na qual o direito à cidade seja garantido a todos. “A cidade feita de dois mundos, do incluído e do

excluído, não pode ser sustentável. Hoje, o Rio de Janeiro precisa enfrentar o tema da reconciliação. Precisa se reconciliar com o seu entorno, com a natureza. Isso não acontecerá se não houver uma reconciliação da cidade com ela própria”, enfatiza Cristóvão Duarte. ■

Direito versus remoção

A Prefeitura do Rio de Janeiro pretende remover 119 favelas até 2012. O balanço inicial da Secretaria Municipal de Habitação indica que 12.196 domicílios em uma área de 2,34 milhões de m² serão removidos. Além disso, está prevista a urbanização de 225 favelas por ocasião das Olimpíadas.

Medidas como essa, entretanto, dividem opiniões. Alguns setores da sociedade criticam veementemente os projetos de remoção. É o caso da Associação de Moradores da Vila Autódromo, na Barra da Tijuca. A comunidade do local, que será preparado para receber, em 2016, o Centro Olímpico de Treinamento e o Centro de Mídia, vem organizando manifestações de repúdio ao projeto de reassentamento das famílias que lá vivem. Com os slogans “Olimpíadas para todos, sem remoção!” e “Veneza carioca para os ricos e despejo para os pobres”, os moradores contestam a remoção. Em documento divulgado na Internet, eles ressaltam que “ao invés de propor remoções custosas e indesejadas, o poder público deveria reconhecer e ampliar iniciativas criadas pelos próprios moradores, investindo em urbanização com participação e decisão popular, regularização fundiária”.

Os despejos para atender a realização de eventos esportivos não são exclusividade do Rio de Janeiro. Raquel Rolnik, relatora Especial do Direito à Moradia da Organização das Nações Unidas (ONU), destacou, durante o seminário “Conflitos urbanos, megaeventos e despejos”, ocorrido no Fórum Urbano Mundial, realizado entre os dias 22 e 26 de março passado, que é grande a quantidade de denúncias de violações ao direito à moradia, principalmente referentes a megaeventos em diversos lugares do mundo. “A população foi retirada de suas moradias e espaços de trabalho diante de uma ‘operação de embelezamento’, a ser transmitida pelos meios de comunicação. Os megaeventos são reposicionamentos do mundo globalizado, se apresentando como uma cidade de classe internacional, com ‘cara de nada’, sem nenhuma identidade local”, afirmou a urbanista.

Para Raquel Tardin, as vozes das comunidades devem ser ouvidas: “Considero pertinente traçar um ‘plano de cidade’ a partir da participação social, no qual o que fazer ou não fazer, neste contexto, derivaria menos de decisões tomadas à distância e mais de argumentos técnicos que, junto à percepção coletiva e decisões políticas, poderiam guiar as intervenções urbanas concretas”.

des básicas do cidadão, sendo assim como ele pode pretender atender a uma demanda extraordinária gerada por um evento global? Existe a ilusão de que temos todas as chances na mão para resolver problemas antigos não solucionados até hoje. Mas acho que condicionar as mudanças aos eventos é fazer pouco do Rio, do cidadão carioca. É preciso esse tipo de evento para que a gente se preocupe com a cidade?”, questiona o urbanista da FAU.

Obras sem projeto

Administradores, acadêmicos e técnicos vêm se reunindo regularmente para tra-

çar planos que possam extinguir as intempéries mais urgentes da cidade. O objetivo é reorganizar o espaço público de forma que o Rio de Janeiro torne-se apto a receber delegações esportivas, autoridades e turistas atraídos ao Brasil pelos megaeventos de 2014 e 2016.

Entre os planos para o Rio de Janeiro, duas audaciosas obras se destacam: os projetos “Corredor T5” e “Porto Maravilha”. O primeiro visa construir um corredor de ônibus expresso de 28 km de extensão que ligará a Zona Norte à Barra da Tijuca. Apesar de prever a revitalização de dez bairros,



Unidos pela pesquisa

A parceria entre a UFRJ e a Petrobrás conforma um modelo de relação bem-sucedida entre empresa e universidade gerando benefícios e desenvolvimento para o país. Uma interação marcada pela presença (e ampliação) do Centro de Pesquisas Leopoldo Miguez (Cenpes) na Cidade Universitária

Bruno Franco

Movida pelo desafio de extrair petróleo em alto-mar e tendo de importar tecnologia e adaptar projetos de países banhados pelo Mar do Norte, a Petrobrás iniciou em 1977 uma pioneira parceria com a UFRJ, sobretudo com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), com a consultoria dos programas de Engenharia Civil e Oceânica.

Nasce aí um modelo de relação entre empresa e universidade, ambas públicas, em prol de um objetivo genuinamente nacional: a busca pela autossuficiência na produção de petróleo e a correlata emancipação político-econômica que essa conquista acarretaria.

De acordo com Segen Farid Stefen, professor do Programa de Engenharia Oceânica e diretor de Tecnologia e Inovação da Coppe, na ocasião foi criado na UFRJ um grupo liderado pelo professor Lobo Carneiro para trabalhar em duas vertentes.

Uma delas, a formação de recursos humanos para a Petrobrás na área de estruturas offshore, uma vez que a

empresa iniciava suas operações na Bacia de Campos e o Brasil não tinha experiência nessa área. “Os projetos eram importados e – como se constatou posteriormente – não eram adequados à nossa realidade. Então foi formado um grupo aqui na Coppe com professores da Engenharia Civil e da Engenharia Oceânica para trabalhar com a Petrobrás nesse desafio de produzir projetos de plataformas com conhecimento e tecnologia nacionais”, relata Segen Stefen.

Além disso, pesquisadores da Coppe e da Petrobrás começaram a trabalhar, conjuntamente, em torno da necessidade de construção de novas estruturas marítimas. Isso iniciou o convênio “guarda-chuva” (amplo, com características gerais, ao qual se acrescentam acordos mais específicos sob a forma de termos aditivos) entre UFRJ e Petrobrás.

Essa inovação, essa forma de relacionamento, que no início foi difícil, teve um ponto muito importante que fez com que a parceria se consolidasse. Isso se deu com um acidente ocorrido com uma torre de produção de

petróleo na Bacia de Campos, cujas causas foram descobertas por pesquisadores da UFRJ.

Segundo Segen Stefen, as empresas responsáveis pelo projeto e pela instalação da plataforma transferiam a culpa pelo acontecido uma para a outra, mas a Coppe conseguiu provar que houve erro de projeto a partir de cálculos computacionais feitos para as condições de mar do Brasil. “Não foram levadas em consideração as nossas condições de mar. Ficou claro com isso que a Petrobrás não poderia confiar em projetos importados. A tecnologia tinha que estar de acordo com nossas especificidades. A partir daí nosso relacionamento se ampliou muito”, relembra o professor.

Histórica e vantajosa cooperação

De 1977, quando foi iniciada a parceria, até 2006, UFRJ e Petrobrás desenvolveram, conjuntamente, dois mil projetos, metade deles após 2001, o que evidencia o crescimento vigoroso da colaboração.

De acordo com Aquilino Senra Martinez, professor do Programa de

Energia Nuclear e vice-diretor da Coppe, a universidade detecta dentre as atividades da indústria quais os desafios tecnológicos e o que tem de ser resolvido. Então, a Petrobrás contrata a universidade, por meio de sua fundação de apoio, a Fundação Coppetec.

A estatal se articula com a universidade, sobretudo, pelo Cenpes. A implantação do centro de pesquisas na Cidade Universitária resultou de um convênio firmado, em 1972, pelo então reitor da UFRJ, Djacir Lima de Menezes e pelo então presidente da Petrobrás, General Ernesto Geisel, para a cessão de uso de duas áreas (designadas a priori apenas como A e B) na Cidade Universitária.

Segundo Élcio Gomes, diretor da Divisão de Gestão Patrimonial, o acordo, com validade de 50 anos, previa o pagamento de aluguel (1.656.000 cruzeiros, valores de 1972, em duas parcelas anuais), além da participação da autarquia nas despesas gerais de custeio da Cidade Universitária (água, luz, telefone) e a colaboração em atividades culturais e científicas.

Durante a gestão de Horácio Macedo à frente da Reitoria da UFRJ, em 1986, a Petrobrás solicitou a ampliação da área cuja ocupação já iniciara em 1973. O Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) apreciou a questão e o parecer dos conselheiros foi favorável por unanimidade.

No dia 28 de maio de 1987, o Conselho Universitário (Consuni) também aprovou por unanimidade a assinatura do convênio ressaltando a importância que tal ato teria para o desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa na universidade.

De acordo com Êlcio Gomes, o convênio foi reajustado e o valor total do aluguel passou a ser 31.646.104,75 cruzados, referentes às áreas A e B (9.686.196,18 e 21.979.908,57, respectivamente) e a Petrobrás pagaria 60% do valor durante cinco anos, enquanto a área B não estivesse edificada.

O valor do aluguel foi reajustado mais vezes, sempre com a assinatura de termos aditivos ao convênio-geral. O primeiro foi assinado pelo reitor Nelson Maculan, em 1º de julho de 1993, com o valor total do aluguel chegando a 11.513.242.800,00 cruzeiros (a cifra alcançou tantos dígitos em função da forte inflação que afetava a economia brasileira, naquela época). Em 28 de agosto de 1995, na gestão de Paulo Alcântara, como reitor, os valores foram atualizados para R\$ 611.741,62.

Em 2004, o CSCE e o Consuni aprovaram o termo aditivo quatro, garantindo a ampliação do Cenpes e, como consequência, reajustado o valor do aluguel anual para R\$ 2.449.033,04, a ser corrigido anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

Além disso, em função das pesquisas contratadas pelo edital Redes Temáticas, a Petrobrás financiou a construção de 23 laboratórios na UFRJ nos últimos anos. O montante de recursos empregado em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, associado a esse projeto, chega à cifra de R\$ 210 milhões, de acordo com informações da Coppetec. Estão em curso 232 projetos ativos com a Petrobrás e o valor total deles soma R\$ 86 milhões.

Novos desafios tecnológicos

O pré-sal é o termo da moda para a ala desenvolvimentista do governo federal e se hoje a exploração das enormes jazidas de petróleo do pré-sal é ponto nevrálgico do planejamento de longo prazo do país, essa discussão somente se dá porque o Brasil possui tecnologia própria e eficiente nesse setor. Parte significativa desse êxito se deve a pesquisas feitas na UFRJ.

Quando a Petrobrás já antevia a prospecção de petróleo em grandes profundidades (ou lâminas profundas), foi criado na Cidade Universitária, com recursos da estatal, o Laboratório de Tecnologia Submarina (1989). Em 2003, por sua vez, foi inaugurado na UFRJ, com a presença do presidente Lula, o Laboratório de Tecnologia Oceânica, no qual se localiza o Tanque Oceânico.

Para enfrentar os novos desafios tecnológicos postos pela exploração do pré-sal, foi inaugurado, em 2009, o Laboratório de Corrosão e Ensaio Não - Destrutivos (LNDC), também com a presença de Lula. “Devido às características da estrutura que o material de exploração do pré-sal deve ter, há que se garantir que não haverá uma degradação rápida do material. O LNDC é o único no país e um dos raros no mundo com essa capacidade de desenvolvimento tecnológico”, avalia Aquilino Senra.

De acordo com Segen Stefen, a Coppe trabalha com a Petrobrás com um método de antever as necessidades e montar sua infraestrutura de pesquisa e seus recursos humanos para responder a tais demandas. “Ou seja, nada sai do zero. Temos um grupo extremamente grande aqui, além de muitos laboratórios ligados ao petróleo. A Coppe tem 116 laboratórios. Eu diria que 40% deles estão afetos à área do petróleo. Toda vez que surge um novo desafio, ele é pensado por esses laboratórios, que se estruturam para responder-lhe”, explica o pesquisador.

Bem-sucedida, a parceria UFRJ-Petrobrás tornou-se um padrão nacional de relacionamento entre universidades e empresas estatais. Tanto em relação à qualidade técnica da resposta quanto à sua presteza. “Muitas das coisas que projetamos aqui na Coppe entraram em operação seis meses depois na Bacia de Campos. Essa experiência é inédita no mundo. A maioria de seus profissionais é formada aqui. Isso dá ao Cenpes essa possibilidade de realizar testes e experimentos que serão transferidos à indústria em um tempo extremamente curto e isso traz um benefício muito grande à Petrobrás. Esse dinamismo é uma quebra de paradigma na relação universidade-empresa”, acredita Segen Stefen.

“Muitas das coisas que projetamos aqui na Coppe entraram em operação seis meses depois na Bacia de Campos. Essa experiência é inédita no mundo.”

Compromisso com a sociedade

Na visão de Segen Stefen, a relação com a Petrobrás passa pelo compromisso com a sociedade e esteve, desde o início, imbuída de nacionalismo. “Entendemos que o que estávamos fazendo não era por uma empresa qualquer, e sim por uma empresa nacional. Era uma visão nacionalista de que o petróleo daria certa independência na área de energia. Todo esse desenvolvimento que o país começa a vislumbrar se apoia nessa autonomia que temos na área do petróleo, senão o Brasil estaria tropeçando em suas próprias pernas. A cada aumento da cotação internacional do petróleo viveríamos grande incerteza”, destaca o professor.

Arquivo Cenpes



Cenpes, em 1974, no início de sua construção.

A ampliação do Cenpes não constitui um problema para a universidade, na opinião de Segen Stefen, para quem a Cidade Universitária é muito grande e receberá como um bônus a duplicação do centro de pesquisas. “O campus se encontra em uma região da cidade abandonada pelo poder público. À medida em que expandimos nossas atividades, o Cenpes se amplia, o Parque Tecnológico atrai novas empresas, nós consolidamos a Cidade Universitária como uma área do município que gera demanda por infraestrutura” – correlaciona o professor, exemplificando que “o Parque Tecnológico era um terreno baldio no qual tínhamos problemas de segurança e a primeira ação que fizemos nele foi a instalação do Laboratório de Tecnologia Oceânica, o qual foi pensado para ser uma âncora para atração de empresas para o Parque, e que hoje está se dando em função do pré-sal. Essa é uma sinergia benéfica para nossa universidade”.

Para Aquilino Senra, a universidade tem que estar disponível para transferir conhecimentos, dar retorno ao investimento que a sociedade lhe proporciona, em forma de tecnologia para o desenvolvimento nacional. “No passado, a universidade entendia que ela deveria ficar restrita à academia, a produção de conhecimento deveria se voltar para o uso interno: dissertações de mestrado e teses de doutorado. Mas o mundo mudou e há um importante papel do desenvolvimento tecnológico para o bem-estar da humanidade e a universidade não pode ficar à margem desse processo”, defende o professor.

Para Aquilino Senra, houve uma troca mutuamente vantajosa, tendo sido a UFRJ muito importante para a Petrobrás e vice-versa. “É o casamento ideal. É um jogo em que todos levam vantagens. É também um reconhecimento à nossa capacidade. Caso não tivéssemos condições internas de desenvolver projetos, a Petrobrás certamente não voltaria nos procurar”, ressalta o presidente da Coppetec.

Em resposta àqueles que reclamam da grandiosidade das obras de ampliação do Cenpes e o impacto delas no trânsito da Cidade Universitária, Aquilino Senra defende que ela valoriza a pesquisa no campus. “Temos de ter vida na Cidade Universitária. Veja o Parque Tecnológico, que atrai empresas e torna o ambiente movimentado. Queremos que as empresas que venham para cá tenham uma interação forte com nossa vida acadêmica. Assim, você fecha o ciclo. Cresce a universidade, cresce a empresa, que alimenta a universidade, que realimenta a empresa”, enfatiza o professor. ■

Bruno Franco

A cordialidade com que o presidente Lula trata seus colegas Hugo Chávez (Venezuela), Fidel Castro (ex-presidente de Cuba), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador), e Mahmoud Ahmadinejad (Irã), entre outros, mantendo e ampliando os laços do Brasil com esses países, tem suscitado críticas constantes de setores mais conservadores da imprensa brasileira.

Após a visita de Ahmadinejad ao Brasil e a ida de Lula ao Oriente Médio, os discursos antichavistas, generalizados pela mídia, foram substituídos pela retórica de confrontação com o Irã e sua política energética, que busca, até prova em contrário, o uso pacífico da tecnologia nuclear.

A intensidade e constância das críticas refletem a singularidade da posição que o Brasil assumiu no cenário internacional. Oitava economia do mundo, com a inflação controlada desde o lançamento do Plano Real, programas sociais elogiados pela Organização das Nações Unidas (ONU), tido como uma das nações que moverão a economia global nas próximas décadas e candidato a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o país se estabeleceu como importante polo de poder no cenário internacional.

Além disso, o Brasil, ao longo da história, teve sua política externa marcada por duas tendências: o americanismo, de governos como os de Eurico Dutra e Castello Branco, e o universalismo. O atual governo, assim como de seu predecessor (Fernando Henrique Cardoso), é adepto da segunda vertente, mas a convergência ideológica de setores do governo com regimes mais reformistas, como os da Venezuela e da Bolívia, acirra as críticas de que o governo estaria contaminando ideologicamente a política externa.

A atual política tem sido expressa na doutrina, que se convencionou chamar de “o novo protagonismo internacional do Brasil”, com a qual o país tem assumido uma postura de *global player*, um ator com alcance global, o que não era comum.

Para Francisco Carlos Teixeira, professor do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, apenas em um período da história o Brasil buscou se afirmar dessa forma perante a comunidade internacional: durante os mandatos dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), que embora tenham sido governos bem diferentes entre si, partilharam uma mesma doutrina, a Política Externa Independente (PEI).

Naquele momento, segundo o historiador, o Brasil praticou uma política externa autônoma e protagonista, baseada, sobretudo, nas idéias do embaixador San Tiago Dantas. “O que diferencia a atual política é que no momento da PEI vivia-se plenamente a Guerra Fria, o mundo dividido em dois grandes polos: um capitalista e outro comunista, liderados,

respectivamente, pelos Estados Unidos e pela União Soviética e o espaço de autonomia para a política externa era muito mais restrito”, contextualiza Teixeira.

Manuel Sanches, professor de Ciência Política do IFCS, vai além e enfatiza que a ampliação do protagonismo brasileiro na arena internacional é uma busca permanente do Itamaraty ao longo da história. “É importante ressaltar que o Brasil foi o único país da América Latina que participou diretamente da Segunda Grande Guerra. Não houve desde então maior protagonismo no Hemisfério Sul que o do Brasil. Mesmo durante o regime militar, o país teve uma forte presença na África, nos países de língua portuguesa e, especialmente, nas atividades diplomáticas conduzidas pelo embaixador Ítalo Zappa. Dizer que o protagonismo internacional do Brasil é uma novidade do atual governo é desconhecer a história da diplomacia brasileira”, destaca o professor.

Assim sendo, não há ineditismo na “política lulista”, mas são inéditas as condições para o exercício dessa doutrina. Além disso, ressalta Teixeira, “em 1960 o Brasil era um país de Terceiro Mundo, subdesenvolvido, avassalado pela fome e pela pobreza. Hoje, no século XXI, o Brasil é a oitava maior economia do mundo, com ritmo de crescimento acelerado, respeitado por suas políticas sociais”.

Para o historiador, não apenas o Brasil tem condições de ser um *global player*, como o próprio desenvolvimento econômico brasileiro exige isso. “Possivelmente em 15 anos seremos a quinta maior economia do mundo. Querendo ou não, os interesses brasileiros na ONU, na Organização Mundial do Comércio (OMC), no Banco Mundial, são fundamentais, temos que defendê-los e para isso devemos intensificar as relações com todos os centros de poder. Nós vamos ter um papel relevante em política externa, conscientemente ou não. Então é muito melhor trabalharmos isso com consciência”, anuncia Teixeira.

Sanches concorda que o envolvimento do país nas grandes questões internacionais é inevitável em função do próprio crescimento econômico do país, que se baseia em processos globais de produção e comércio. “Do ponto de vista diplomático, não há como ser grande comercialmente, disputando com outros grupos, sem se envolver nas questões políticas internacionais ou multilaterais”, explica o cientista social.

A ampliação da participação brasileira em missões da ONU e em fóruns internacionais impõe um crescente custo financeiro, mas, segundo Sanches, este é um ônus inescapável caso o país queira aumentar sua influência no comércio e na produção mundiais. “Nos últimos anos, durante o governo Lula, o Brasil aumentou em quase 40% o número de suas embaixadas em todo o mundo. A este aumento corresponde outro proporcional em pessoal qualificado e em despesas associadas ao trabalho de pesquisas e obtenção de informações. Este aumento de despesa é proporcional ao benefício trazido pelo aumento de transações comerciais”, analisa Sanches.



Jefferson Nepomuceno

Política açucarada e as viúvas da Guerra Fria

O ímpeto em assumir uma importância política condizente com seu potencial econômico fez com que o Brasil adotasse uma série de medidas, como assumir a liderança da Minustah, a missão da ONU no Haiti; a mediação de controvérsia recente entre Colômbia e Venezuela, devido à invasão da fronteira equatoriana por tropas colombianas em perseguição a guerrilheiros; e o envolvimento pessoal de Lula em questões políticas do Oriente Médio, como o conflito palestino-israelense e o programa nuclear iraniano.

Sobretudo essas duas últimas questões foram recebidas pela maioria dos grandes jornais e revistas do país com uma variação de ceticismo e críticas mordazes. Para Teixeira, trata-se de um “complexo de viralatas”, que faz com que jornalistas julguem o país incapaz de mediar grandes conflitos. “O que faz um país ter ou não condições de ser um mediador é a credibilidade de sua política. Caso o país a tenha e persiga, coerentemente, objetivos como a manutenção da paz, a resolução pacífica de controvérsias, ela virá em decorrência disso”, defende o pesquisador.

No entanto, Sanches enxerga no envolvimento brasileiro no conflito palestino apenas um golpe de publicidade. “Aquilo que o *Financial Times* chamou de

diplomacia açucarada do presidente Lula. Os conflitos e tensões entre israelenses e palestinos têm muitos anos e remetem a questões culturais, religiosas e ideológicas. Imaginar que o Brasil pudesse pacificar a região é de uma megalomania descabida. Imaginar mesmo que pudéssemos nos tornar um dos atores significativos naquele cenário já seria irrealista. Isto faz parte do nosso folclore anedótico que acredita que como os judeus e árabes convivem pacificamente na rua da Alfândega, na Saara carioca, isto poderia ser alçado a um nível internacional”, critica o cientista político.

Na primeira visita de um presidente brasileiro a Israel, Lula visitou o túmulo do ex-premier Yitzhak Rabin, o Knesset (parlamento) e inaugurou a rua Brasil em Ramallah, em encontro com a Autoridade Nacional Palestina. No entanto, ao não seguir o protocolo habitual da recepção de chefes de Estado a Israel que inclui a visita ao túmulo de Theodor Herzl, ícone do sionismo (movimento político considerado racista pela resolução 3.379 da ONU, com voto do Brasil, em 1975), o governo brasileiro foi acusado – tanto pelos partidos conservadores de lá como por políticos e jornalistas conservadores de cá – de ter afrontado Israel.

Para Teixeira, caso o Brasil se identificasse com uma das correntes do mundo judaico, isso equivaleria a chamar gover-



O novo protagonismo do Brasil

Detentor de uma das maiores economias do mundo, reconhecido pela ambição de seus projetos sociais e herdeiro de longo histórico de sucessos em sua diplomacia, o Brasil expande sua influência para além do continente, torna-se ator fundamental em todos os temas relevantes da agenda global e, sem complexo de inferioridade, se afirma como protagonista nas relações internacionais.

nantes estrangeiros para visitar o túmulo de Luiz Carlos Prestes ou Ulisses Guimarães, que não são reconhecidos como unanimidades. “O Brasil preferiu não se envolver numa questão de política interna israelense. Não me parece que tenha sido gafe, tampouco hostilidade à Israel. Tanto não foi que o presidente Lula foi aplaudido de pé por todos os deputados do Knesset e em seguida assinou o primeiro tratado de livre-co-

mércio da história entre os dois países”, destaca o historiador.

A visita de Lula ao Knesset foi boicotada pelo chanceler israelense Avigdor Lieberman, como resposta por não ter o presidente brasileiro prestado homenagens a Herzl. O que não representou problema algum, na opinião de Teixeira. “Esse senhor Lieberman é chefe de um dos partidos mais reacionários e extremados de Israel e ele é justamente o chanceler que

ofendeu profundamente o vice-presidente dos EUA, Joe Biden, e provocou uma irada reação do presidente Obama. Então esse senhor não ter comparecido a uma recepção com Lula foi um favor que ele fez ao presidente”, critica o professor.

Ainda que o governo sofra com a pecha de antiamericanista, as relações do Brasil com os EUA, assim como com Israel, estão no melhor patamar em que já estiveram na história. “Somente alguns grupos políticos

no Brasil tentam desqualificar essas relações. Mas, para os EUA o Brasil é um parceiro sério e importante e Israel reconhece plenamente suas excelentes relações com o Brasil no momento”, enfatiza Teixeira.

No entendimento do historiador do IFCS, segmentos da mídia e da elite brasileira são “viúvas da Guerra Fria” e pensam o mundo de acordo com conceitos atrelados a um conflito já superado. “O mundo mudou e hoje tem eixos de poder alternativos. Os EUA não são mais a força hegemônica única do planeta e o Brasil está adaptando sua diplomacia a essa nova realidade. Apenas isso. O resto é conservadorismo ou interesses feridos”, avalia Teixeira.

Aposta no diálogo com o Irã

O ponto mais polêmico da política externa brasileira recente é o endosso ao programa nuclear iraniano, insistentemente acusado por Estados Unidos e França de ter objetivos militares, e a recusa do Brasil em apoiar sanções econômicas ao Irã em função desse programa.

Na avaliação de Sanches, é uma ingenuidade de Lula afirmar ao Irã que eles têm que usar a energia para a paz e que se fizerem ao contrário irá repreendê-los. “É a tal política açucarada de que falam os comentaristas internacionais. O último relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 2009, advertia que o Irã continuava a enriquecer urânio para além do necessário ao uso pacífico da energia. O país tem hoje 16 estações nucleares, e domina, portanto, a tecnologia. Se os iranianos não aceitam se submeter à AIEA, isto é, no mínimo, preocupante”, alerta o cientista político.

Na visão de Teixeira, a acusação norte-americana é de difícil aceitação, pois as usinas iranianas têm capacidade de enriquecer urânio a 20% e as agências que preveem que o país conseguirá atingir a taxa de 90% de enriquecimento (o necessário para fabricação de armas nucleares) são as mesmas que apregoavam que o Iraque possuía armas de destruição em massa.

Paradoxalmente, os EUA mantêm relações com diversos países que não fazem parte do Tratado de Não - Proliferação de Armas Nucleares, como Israel, Paquistão e Índia, e mesmo os norte-americanos negociam diretamente com a Coreia do Norte, que já testou artefatos nucleares.

Para Teixeira, a postura brasileira de valorizar as negociações é correta e não se deve autorizar sanções, “porque elas são justificativa para o ataque ao Irã e a transformação das condições mundiais numa crise de proporções avassaladoras, pois com certeza o Irã retaliará e o fará contra Israel e as instalações petrolíferas do Golfo Pérsico”.

De todo modo, o governo brasileiro advertiu Teerã de que o Brasil não aceita proliferação nuclear para fins militares e nesse caso imediatamente votaria a favor de sanções. Além disso – reforça Teixeira – “o país não considera aceitável a negação do Holocausto da forma como é feita por Ahmadinejad”. ■



Anna Carolina Bayer e Joyce Matos

maternidade em apuros

Andreza de Lima Ribeiro

Acordar cedo, preparar o café, despertar os filhos e o marido, vestir as crianças, levar o menino para brincar, arrumar a casa, conferir a lista do que precisa ser comprado no mercado e... escrever no *blog*. Esta é a rotina de Elisa Welch, personagem de Uma Thurman em *Uma mãe em apuros* (Motherhood), filme roteirizado e dirigido por Katherine Dieckmann.

A produção, de 2009, desvela o dia atarefado e corrido da personagem que incorpora ainda as tarefas de levar a filha à escola, preparar festas de aniversário e cuidar para não perder a vaga de seu carro no dia da limpeza urbana. O cotidiano de Elisa é similar ao de muitas mães que tentam conciliar maternidade, casamento e realização profissional sem que um lado seja prejudicado em função do outro. Apesar de o cartaz e a tradução do título insinuarem um tom de comédia, o filme é um bom mote para a reflexão

acerca do turbilhão de tarefas que a mulher desempenha desde que iniciou a busca pela igualdade de direitos.

Notadamente, a partir dos anos 1960, a mulher passa a acumular as “obrigações” de dona de casa com as “obrigações” dos que trabalham fora. O bom desempenho em ambos os campos é cobrado pelos filhos, marido, namorado, patrão, cliente e pela própria mulher. Elisa Welch é escritora, mas sua vida profissional é mantida em recesso enquanto aguarda o momento em

que não precisará dedicar mais tanta atenção aos filhos. A frustração por não poder trabalhar fora de casa é parcialmente compensada através do *blog* no qual publica as aventuras e desventuras da sua vida atribulada.

Mercado de trabalho e maternidade

Hoje, no Brasil, a mulher que não possui alguma atividade laboral é uma exceção. A Síntese de Indicadores Sociais 2009, publicação organizada pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), revela que, desde meados da década de 1980, mais mulheres ingressaram no mercado de trabalho. Em 2008, de cada 100, 52 estavam ocupadas ou procurando emprego. Em dez anos (1998-2008), o percentual de mulheres trabalhando no país pulou de 42% para 47,2% – os indicadores foram elaborados a partir de resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Por outro lado, há uma redução na quantidade de crianças na família brasileira. Se em 1998, 33,4% do total de famílias incluíam crianças de 0 a 6 anos, em 2008 o percentual passou para 25,2%. De acordo com a pesquisa, os fatores mais relevantes que explicam a queda da fecundidade seriam o acesso aos meios de contracepção, a maior escolaridade atingida pelas mulheres e o ingresso maciço no mercado de trabalho.

Mesmo assim, a maternidade continua sendo desejada e comemorada. No início do século XX, foi oficializado o dia dedicado às mães, inicialmente comemorado em 9 de maio. No Brasil, o Dia das Mães é celebrado no segundo domingo de maio. Embora seja presumível que a mãe do mundo contemporâneo viva experiências distintas das suas próprias mães e avós, a comemoração do dia destinado a elas parece manter uma relação com uma personagem idealizada pelos padrões tradicionais. Afinal, existe a mulher mãe moderna?

Para Mirian Goldenberg, antropóloga social e professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, apesar de tantos avanços “as mulheres são percebidas como as legítimas detentoras do saber e do poder nesse âmbito (o da maternidade). Elas são consideradas as únicas realmente necessárias no momento inicial da vida da criança, cabendo ao pai, quando muito, a função de ‘ajudar’ a mãe”. O argumento de Mirian é baseado no tempo de licença de trabalho concedido pela lei devido ao nascimento de um filho: no Brasil, enquanto a mulher tem a oportunidade de permanecer de 120 a 180 dias em casa com o recém-nascido, o homem é dispensado por apenas cinco dias (há um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional que pretende ampliar esse prazo em mais dez dias).

Tal modelo difere do que já pode ser visto em outros países e se encaixa no “maternalismo”, conforme define Marina de Carvalho Cordeiro. No artigo “Mulher, mãe e trabalhadora: breve balanço de recentes políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar no Brasil” (*Ser Social*, 2009), a doutoranda do Programa de Pós-gradua-

amor



CASA



ção em Sociologia e Antropologia do IFCS, explica que “o ‘maternalismo’ indica a construção de discursos e ideologias que exaltam a capacidade feminina em ‘ser mãe’ e aplicam à sociedade, como um todo, os valores de ‘cuidado’ e ‘moralidade’ associados a esse papel”.

Monopólio feminino

A mudança na percepção das atribuições da mãe é dificultada porque a sociedade usa a natureza para justificar o papel privilegiado da mulher, mas “não existe absolutamente nada na ‘natureza’ masculina que impeça um pai de cuidar, alimentar, acariciar, acalantar e proteger seu bebê, assim como não

há uma ‘natureza’ feminina que dê à mãe a autoridade de se afirmar como a única capaz de cuidar do recém-nascido”, opina Mirian Goldenberg. A professora acredita que este é um dos meios para consolidar o monopólio feminino dos prazeres, encargos e sacrifícios com os filhos e reforçar a falta de

estudos



trabalho



reconhecimento da importância do exercício da função paterna.

A conciliação que a mulher faz, ou tenta fazer, entre trabalho e família é um assunto discutido em diversos países. No artigo “Mulher, mãe e trabalhadora (...)”, Marina de Carvalho Cordeiro ressalta que “ainda que seja possível afirmar

que as relações de gênero na família brasileira mudaram se comparadas com algumas décadas atrás, o padrão de domesticidade, que confere desvantagens às mulheres na vida social em geral, ainda é predominante”. Na concepção de Mirian Goldenberg, tal “domesticidade” pode ser fruto do comportamento feminino, uma vez que muitas mulheres usam a maternidade como se lhes conferisse poder e não compartilham funções, “percebem os homens como mero coadjuvantes – ou até mesmo figurantes – em um palco em que a principal estrela é a mãe”.

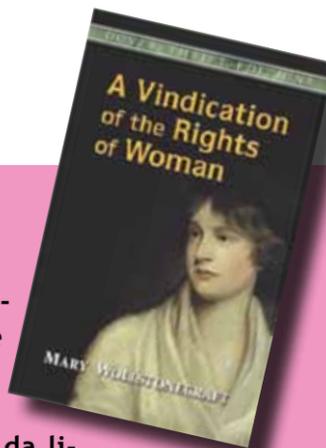
Em *Uma mãe em apuros* pode-se ver exemplos do que Mirian Goldenberg aponta. A personagem de Uma Thurman divide com o marido algumas tarefas, como cuidar do filho menor enquanto sai para cuidar de outros afazeres. Em cena, um pai brinca de massinha com o filho enquanto ela, de bicicleta, vai ao supermercado, compra bugigangas de decoração para a festa da filha e pega o bolo que encomendou na confeitaria. Outro momento que pode ser destacado é quando o menino, aos cuidados do pai, engasga e a mulher orienta o marido pelo telefone sobre o que deve e precisa ser feito, e como fazer tudo isso. O pai aparece como semicapaz de cuidar do próprio filho, o que reforça a ideia da mulher como a única com competência suficiente para resolver problemas e cuidar da família.

Provedor e cuidadora

A erosão do modelo comportamental majoritário no qual o homem é o provedor e a mulher atua como a cuidadora, fez emergir “outros padrões, com destaque para as famílias monoparentais de chefia feminina – fenômeno marcante, principalmente nos países da América Latina – e para as famílias com ‘dois provedores’. Logo, tais sistemas, que tinham este contrato sexual como modelo, passaram a ser questionados pelos movimentos feministas e impactados pelas próprias alterações comportamentais da população”, relata Marina de Carvalho Cordeiro. A reação das mulheres, porém, também pode ser vista por outro viés, como o apontado por Mirian Goldenberg, que afirma não ser “possível questionar a suposta superioridade feminina no domínio privado sem enfrentar uma forte reação das mulheres, inclusive de muitas que lutam pela completa igualdade entre os gêneros. Mas não seria exatamente nesse terreno, completamente dominado pelas mulheres, que se enraizaria a mais profunda desigualdade entre os sexos?”.

o início de tudo

Escrito pela inglesa Mary Wollstonecraft, o livro *A vindication of the rights of woman* (Uma reivindicação pelos direitos da mulher), publicado em 1792, é considerado o precursor da literatura feminista. Na obra, a autora destacava a educação como o caminho para que a mulher saísse da posição inferior na qual se encontrava. O primeiro acordo internacional que afirmava princípios de igualdade entre homens e mulheres foi assinado pela ONU em 1945. No Brasil, o voto feminino e o direito à eleição foram instituídos em 1932 pelo presidente Getúlio Vargas.



1.º DE MAIO TEMPOS DE LUTA, sempre!

1º de maio de 2010. Mais de 120 anos após a Revolta de Haymarket, que inspirou a criação do Dia do Trabalhador, os direitos trabalhistas são garantidos por lei em quase todo o mundo. No entanto, a institucionalização das atividades laborais não impede que o imenso contingente de excluídos seja transformado em mão de obra barata e, muitas vezes, escrava, sem distinção de gênero e faixa etária, para manter o ritmo da produção e a voracidade dos lucros.

Pedro Barreto

No Brasil, não obstante a vigorosa fiscalização exercida pelo Ministério do Trabalho, não são raros os casos de trabalho escravo flagrados nos rincões do país. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 438/2001, que determina a expropriação da terra em que ficar comprovada a exploração do trabalho escravo – e que tem apoio de 168 mil assinaturas – aguarda votação na Câmara dos Deputados desde 2004, quando foi aprovada em primeiro turno. Investigações por parte dos órgãos fiscalizadores apontam para o envolvimento de parlamentares em atividades desta natureza, o que talvez explique a demora na apreciação.

Um deles é o deputado Inocêncio de Oliveira (PL-PE), proprietário da Fazenda

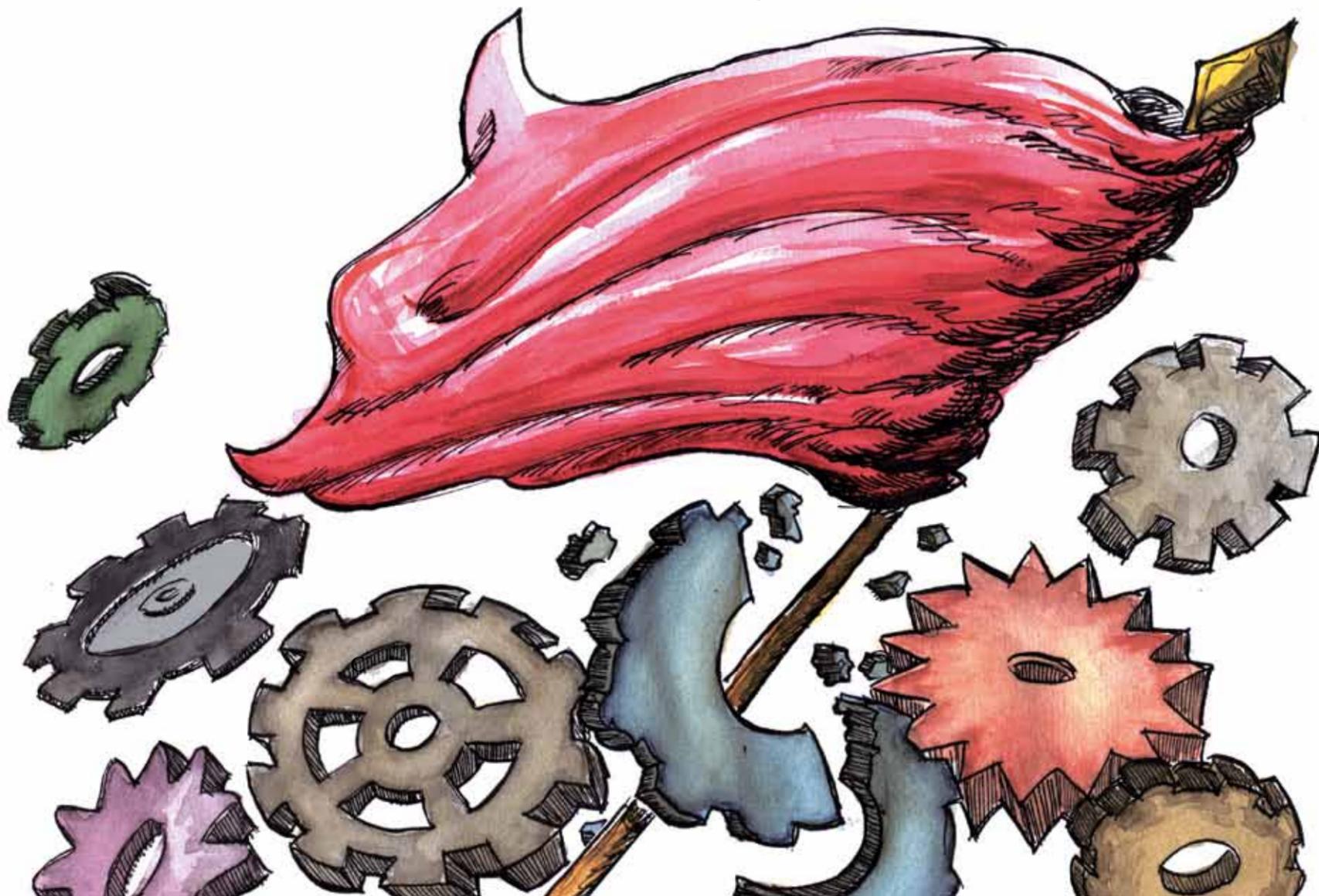
da Caraíbas, no município Gonçalves Dias (MA), incluído na lista do Ministério do Trabalho entre os donos de propriedades rurais que mantinham mão de obra escrava, entre 1995 e 2002. Na lista constam apenas os casos de ação administrativa definitiva, ou seja, sem direito a recurso. O deputado Augusto Farias (PP-AL), irmão de Paulo César Farias, é acusado de manter 99 trabalhadores em condições de escravidão em fazenda de sua propriedade, no Sul do Pará, de acordo com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. O deputado Beto Mansur (PP-SP) e o senador João Ribeiro (PL-TO) também respondem por exploração de trabalho escravo no Supremo Tribunal Federal (STF), de acordo com a mesma Comissão.

Novas formas de representação

Nas grandes cidades, predomina a informalidade. O trabalho é hoje, na opinião de Giuseppe Cocco, professor da Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ, “uma relação de serviço e não mais de emprego”. Para o cientista político e doutor em História Social pela Universidade Paris 1, Sorbonne, na França, este cenário faz com que “os setores operários tradicionais, que, no Brasil, teriam um espaço teórico para se desenvolver, sejam sociologicamente minoritários”. Cocco recorre a exemplos nos movimentos da América do Sul para ilustrar que novos movimentos sociais surgem para reivindicar os seus direitos. O pesquisador destaca países como Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia, nos quais segmentos organizados da sociedade estão

buscando espaço independentemente de filiações a entidades de classe ou partidárias. “Eu não tenho que, enquanto índio, me transformar em operário, procurar o meu sindicato socialista ou comunista. Vou me organizar diretamente enquanto índio. Quer dizer, os índios não começaram a existir na Bolívia a partir do *Movimiento Al Socialismo* (MAS) e de Evo Morales. O que se começou a fazer foi se organizar enquanto tais”, exemplifica Cocco.

O professor, no entanto, não desconsidera a importância dos sindicatos atualmente no Brasil: “Eles devem continuar a existir. É fundamental que existam, já que eles são o que existe de mais estruturado na sociedade civil”. No entanto, Cocco pondera que é preciso considerar a multiplicidade dos movi-



mentos e das novas formas de organizações sociais. “Temos hoje as associações de gays e lésbicas, dos negros, dos índios, de favelados e devemos pensar como as políticas públicas darão conta disso. Em minha opinião, isso implica numa reforma no sistema trabalhista”, defende o cientista, para quem uma solução para contemplar todo este universo de representações são as bolsas de trabalho metropolitanas.

Criadas em 1888, na França, este tipo de organização agrega uma enorme gama de entidades em um mesmo espaço, possibilitando a realização de reuniões, encontros e todo tipo de eventos. Saint Etienne, na França, cidade com largo histórico de lutas do movimento operário, chegou a ter, no início do século XX, uma bolsa do trabalho que congregava mais de 500 sindicatos.

Giuseppe Cocco avalia que a perspectiva de trabalho para os jovens de hoje está no setor de serviços, o que não diminui o potencial para o incremento do emprego formal, inclusive o industrial. No entanto, as relações entre patrão e empregado precisam ser revistas. De acordo com ele, “o que se demanda no setor de serviços são capacidades cognitivas, linguísticas, comunicativas, que envolvem toda a sua vida. Mesmo que o horário de trabalho seja limitado, o envolvimento é ilimitado. Então, o contrato de trabalho não dá conta daquilo que mobiliza na vida dele. É como tentar mensurar o incomensurável”.

Salário mínimo: 70 anos

A estabilização da inflação, a partir de meados da década de 1990, com o Plano Real, e a manutenção da política econômica no governo Lula da Silva, aliada a políticas públicas sociais, a partir de 2002, trouxeram um ganho significativo do valor do salário mínimo, de acordo com João Sabóia, professor e diretor do Instituto de Economia (IE) da UFRJ. Segundo ele, alguns fatores permitem vislumbrar um horizonte favorável ao emprego formal e, conseqüentemente, aos sindicatos. “Entre eles, o crescimento econômico dos últimos anos; o trabalho de fiscalização exercido pelo Ministério do Trabalho, no sentido de regularizar as condições laborais em todo o país; e o crescimento das exportações, que trouxe, a reboque, exigências do ponto de vista do meio ambiente e das relações trabalhistas, como nos setores madeireiro e calçadista por exemplo”, analisa o economista.

No ano que marca os 70 anos da criação do salário mínimo no Brasil, Sabóia avalia como “importantíssimo” seu papel na distribuição de renda no país. “Não são apenas os trabalhadores formais que ganham com ele, mas também os informais, no sentido em que cria uma referência para o soldo pago a todos. Os aposentados também são favorecidos, assim como os desempregados e os pobres, através de programas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada”, ilustra o diretor do IE-

Revolta de Haymarket inspira trabalhadores



Monumento aos Mártires de Chicago: “Um dia nosso silêncio será mais forte que as vozes que hoje vocês estrangulam”.

Jornada de 13 horas diárias, baixíssima remuneração, trabalho infantil e ausência completa de direitos trabalhistas. Este era o cenário dos trabalhadores até fins do século XIX, auge do modo de produção industrial capitalista. Foi neste contexto que culminou, em 1º de maio de 1886, na manifestação de um grupo de operários, na Chicago de Al Capone, mas também de August Spies e Michel Schwab, líderes daquele movimento, que exigiam melhores condições laborais para sua categoria.

Nos dias que se seguiram, a manifestação redundou em uma greve geral em todo o país que, por sua vez, foi sufocada brutalmente pela polícia. Seis pessoas foram mortas, 50 feridas e centenas detidas. A revolta da classe operária aumentou na mesma medida da repressão. Foi decretado Estado de Sítio, com a população proibida de sair às ruas. Os jornais não se furtavam em tachar os manifestantes de “desordeiros”, “vagabundos” e “preguiçosos”. Sedes de sindicatos foram incendiadas, milhares de trabalhadores presos e outros tantos espancados e roubados em suas próprias casas por criminosos e gangsters pagos pelos patrões.

A Justiça, “aparelho ideológico de Estado”, na visão de Louis Althusser, condenou Spies e outros quatro integrantes do movimento à forca. Schwab foi sentenciado com a pena de prisão perpétua, ao lado de Sam Fieldem, e Oscar Neeb, a 15 anos de reclusão. As últimas palavras de August Spies conclamavam a população a continuar a luta por condições dignas de trabalho. “Se com o nosso enforcamento vocês pensam em destruir o movimento operário, enforcem-nos. Aqui terão apagado uma faísca. Mas lá e acolá, em todas as partes, as chamas crescerão. É um fogo subterrâneo e vocês não poderão apagá-lo!”, profetizou, antes de morrer, Spies.

Em 1891, a Segunda Internacional Socialista, realizada em Bruxelas (Bélgica), proclamou o 1º de maio como o Dia Internacional de Reivindicação de Condições Laborais, em homenagem àquele movimento que passou à História como a Revolta de Haymarket. O senado francês, em 23 de abril de 1919, decretou a data como feriado nacional.

Direitos garantidos e consolidados

No Brasil, em decreto de 1925, o presidente Artur Bernardes instituiu o 1º de maio como feriado em todo o país. O governo Vargas, que, ao mesmo tempo em que atrelou os sindicatos ao controle do Estado, também criou o Ministério do Trabalho, regulamentou o trabalho da mulher e do menor, promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), garantindo o direito a férias e aposentadoria e, em 1º de maio de 1940, instituiu o Salário Mínimo. A Constituição de 1988 instituiu outros direitos, como as férias remuneradas, o 13º Salário, multa de 40% por rompimento de contrato de trabalho e a Licença Maternidade.

**UM DIA NOSSO SILÊNCIO SERÁ
MAIS FORTE QUE AS VOZES QUE
HOJE VOCÊS ESTRANGULAM**

UFRJ, em referência ao direito garantido pela Constituição de 1988, que consiste no pagamento de um salário mínimo mensal para idosos, deficientes ou pessoas com renda *per capita* familiar inferior a 1/4 do salário mínimo.

Para Sabóia, a valorização do salário mínimo tem ainda outro fator positivo: a procura pela qualificação. De acordo com o professor, este cenário favorece a busca por empregos tanto na economia formal, no funcionalismo público como no empreendedorismo. “Há um reconhecimento de que a entrada no mercado de trabalho hoje se dá pela instrução de pelo menos o Ensino Médio. Embora a escolaridade média ainda seja muito baixa, ela vem crescendo ano após ano. Além disso, um número crescente de pessoas está procurando o Ensino Superior. E, numa economia que cresce 5%, 6% ao ano, há certamente mais chances de entrada no mercado de trabalho do que há dez anos”, resume o docente.

No Morro do Bumba

O 1º de maio de 2010 no Grande Rio foi marcado pela manifestação de trabalhadores, entidades e movimentos sociais em toda a cidade. Em Niterói, milhares de pessoas se reuniram no Morro do Bumba, onde, no início de abril, as chuvas soterraram centenas de pessoas, contabilizando 48 mortos, em número atualizado, e mais de 200 desaparecidos. Para Giuseppe Cocco o caso é emblemático para representar a potencialidade do povo carioca. “Existe um projeto neoconservador de remoção das favelas e de aprofundamento do ‘biopoder’ (prática de Estados modernos e sua regulação dos que a ele estão sujeitos) como regulação dos pobres. Este processo se acelerou com a conquista da sede das Olimpíadas e a esquerda local não está sabendo enfrentar”, explica o professor.

De acordo com o pesquisador, é preciso criar políticas voltadas para a maioria, ao contrário do que vem sendo feito ao longo dos anos, com as classes média e alta como clientes preferenciais. “As bolsas de trabalho metropolitano poderiam se articular de maneira transversal a outras políticas como Bolsa Família, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), Pontos de Cultura, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)”, defende Cocco. O docente conclui abordando o papel da universidade neste debate: “Elas poderiam representar um papel mais ofensivo, por exemplo, se qualificassem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) como uma política contra o racismo. As políticas de cotas não estão sendo discutidas. Isso poderia mudar a cara do trabalho, ao torná-lo cada vez mais imaterial, intelectual, comunicativo, afetivo”.

“Acho que, como eu, há pessoas de um só poema, de um só poeta. Poetas, para elas, são como namorados, pode-se ter muitos, sucessivos, mas nunca muitos, simultâneos. Anos e anos fiquei fiel a Raimundo, até que descobri Manuel Bandeira e foi aquele alumbramento...”
Rachel de Queiroz em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras.

Rafaela Pereira

Amante de poemas e leitora compulsiva, com apenas 20 anos a jovem Rachel de Queiroz lançou seu primeiro livro – *O quinze* (1930), escrito a lápis, em caderno de estudos. Retratando a seca do Nordeste, mais precisamente no Ceará, sua terra natal, Rachel exprime sua preocupação social combinando com a análise psicológica dos personagens nordestinos.

Com uma linguagem enxuta e viva, ela também inova ao fazer a representação da mulher em sua obra. Em *O quinze*, a personagem Conceição, parente distante de dona Moura, de *Memorial de Maria Moura* (1992), rompe com o estereótipo feminino da época. Rachel apresenta uma mulher que não se casa, não mora com a família e ainda trabalha fora.

“Pode-se imaginar o efeito causado pelo aparecimento de uma escritora de apenas 20 anos, no interior do Ceará, dominado pelos coronéis nordestinos. E, sobretudo, criadora de uma obra forte e inovadora”, aponta Elódia Xavier, professora da Faculdade de Letras (FL) da UFRJ e especialista em Rachel de Queiroz.

Depois de sua estreia com *O quinze*, sua obra modernista ganhou fama. E o reconhecimento pelos anos dedicados à literatura veio com a sua indicação para ocupar uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Sem fronteiras

Neste ano, começam as comemorações pelo centenário de nascimento da escritora. “A obra literária, quando esteticamente realizada, não envelhece. Portanto, a qualidade de seu texto continua sendo apreciada e, o que é mais importante, motivo de pesquisas interessantes. Conferências, palestras e publicações acerca da obra de Rachel de Queiroz, neste seu centenário, vão resgatá-la de um possível esquecimento”, analisa Elódia.

Romance, teatro, crônica, memórias, traduções e até livros didáticos, esses são os universos pelos quais Rachel transitou. Isso sem falar da literatura infantil. Reunindo as histórias que contava para

os netos, Rachel escreveu, além de tantos outros, *O menino mágico* (1969), livro premiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) como um dos dez melhores livros brasileiros do gênero.

A política também era assunto de seu interesse. Rachel de Queiroz era filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas rompeu com ele quando seu livro *João Miguel* (1932) foi censurado pelo próprio partido, que dizia se tratar de uma obra na qual um operário mata o outro. “Diante da censura que o partido

fez ao seu livro *João Miguel*, ela abandonou a militância, mas sem nunca abandonar, por completo, as ideias socialistas. Esse, aliás, é um traço do Romance de 30 (ou Neorealismo). É só lembrar de Graciliano Ramos”, explica Elódia Xavier.

Imortal

Muitas foram as homenagens a Rachel de Queiroz, mas o ingresso na Academia Brasileira de Letras (ABL) foi o reconhecimento maior da sua grande obra. Em 1977, entra para o rol dos imortais como a primeira mulher eleita

Rachel de Queiroz

Uma sublime transgressora



Cálio Monteiro

para a Academia. “Disse a ela, algumas vezes, que era uma feminista *malgré soi-même* (apesar dela mesma). Portanto, uma escritora transgressora e avançada para sua época. Basta rever a galeria de personagens femininas que criou”, recorda Elódia Xavier.

Outra homenagem foi a inauguração, em janeiro de 2003, do Centro Cultural Rachel de Queiroz, em Quixadá, no Ceará. Foi o derradeiro tributo à escritora, que morreu no fim deste mesmo ano, em 4 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro. ■